

TEXTO PARA DISCUSSÃO Nº 345

**Mudanças  
Recentes no  
Padrão  
Demográfico  
Brasileiro e  
Implicações  
para a Agenda  
Social**

George Martine (coord.)  
José Alberto Magno de Carvalho  
Alfonso Rodrigues Arias

JULHO DE 1994

# **Livros Grátis**

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

## **Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada**

*O IPEA é uma fundação pública vinculada à Secretaria de Planejamento, Orçamento e Controle da Presidência da República, cujas finalidades são: auxiliar o Ministro da Secretaria de Planejamento, Orçamento e Controle da Presidência da República na elaboração e no acompanhamento da política econômica e prover atividades de pesquisa econômica aplicada nas áreas fiscal, financeira, externa e de desenvolvimento setorial.*

### **PRESIDENTE**

Aspásia Brasileiro Alcântara de Camargo

### **DIRETOR EXECUTIVO**

Antonio José Guerra

### **DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL**

Adilmar Ferreira Martins

### **DIRETOR DE PESQUISA**

Claudio Monteiro Considera

### **DIRETOR DE POLÍTICAS PÚBLICAS**

Luís Fernando Tironi

**TEXTO PARA DISCUSSÃO** tem o objetivo de divulgar resultados de estudos desenvolvidos direta ou indiretamente pelo IPEA, bem como trabalhos considerados de relevância para disseminação através do Instituto, informando profissionais especializados e colhendo sugestões.

Tiragem: 200 exemplares

### **SERVIÇO EDITORIAL**

**Brasília — DF:**

SBS. Q. 1, Bl. J, Ed. BNDES — 10º andar

CEP 70076-900

Av. Presidente Antonio Carlos, 51 — 17º andar

CEP 20020-010 — Rio de Janeiro — RJ

---

## SUMÁRIO

---

### INTRODUÇÃO

#### A DINÂMICA DEMOGRÁFICA BRASILEIRA

- I. Introdução
- II. Evolução da Fecundidade e da Mortalidade até 1985
- III. Fecundidade e Composição Demográfica, Segundo os Resultados Preliminares do Censo Demográfico de 1991
- IV. A Trajetória Provável da População Brasileira nas Próximas Décadas e no Século XXI

#### CONSEQUÊNCIAS DAS MUDANÇAS NO PADRÃO DEMOGRÁFICO PARA A AGENDA SOCIAL

- I. Introdução
- II. A População Infantil
- III. A População em Idade Escolar
- IV. A População em Idade Ativa e o Mercado de Trabalho
- V. A Evolução da Demanda Social por parte dos Idosos

### CONCLUSÃO

#### ANEXO — O ENVELHECIMENTO DA POPULAÇÃO E A POPULAÇÃO ESTÁVEL

---

---

MUDANÇAS RECENTES NO PADRÃO  
DEMOGRÁFICO BRASILEIRO E IMPLICAÇÕES  
PARA A AGENDA SOCIAL

George Martine (coord.)\*  
José Alberto Magno de Carvalho \*\*  
Alfonso Rodrigues Arias \*\*\*

\* *Do Instituto Sociedade, População e Natureza - ISPN.*

\*\* *Do Cedeplar/UFMG.*

\*\*\* *Consultor do IPEA.*

A produção editorial deste volume contou com o apoio financeiro do PNUD (Projetos BRA 92/029 e BRA 91/016) e do Programa de Gerenciamento do Setor Público — GESEP/BIRD.

---

---

MUDANÇAS RECENTES NO PADRÃO  
DEMOGRÁFICO BRASILEIRO E IMPLICAÇÕES  
PARA A AGENDA SOCIAL

George Martine (coord.)\*  
José Alberto Magno de Carvalho \*\*  
Alfonso Rodrigues Arias \*\*\*

\* *Do Instituto Sociedade, População e Natureza - ISPN.*

\*\* *Do Cedeplar/UFMG.*

\*\*\* *Consultor do IPEA.*

A produção editorial deste volume contou com o apoio financeiro do PNUD (Projetos BRA 92/029 e BRA 91/016) e do Programa de Gerenciamento do Setor Público — GESEP/BIRD.

---

---

## SINOPSE

---

O Brasil vem experimentando uma queda significativa do seu nível de fecundidade, nos últimos 25 anos; mas este fenômeno e suas implicações continuam a ser ignorados pelo grande público. Entretanto, essa radical transformação do padrão demográfico corresponde a uma das mais importantes mudanças estruturais ocorridas na sociedade brasileira neste fim de século. A queda da fecundidade vem produzindo uma redução significativa da taxa de crescimento populacional e, conseqüentemente, uma modificação profunda na sua distribuição etária.

Neste documento, mostra-se como o menor crescimento da população cria condições potencialmente mais favoráveis para a resolução de alguns problemas sociais referidos aos estratos mais jovens e, ao mesmo tempo, agudiza outros — como no caso do aumento significativo de pessoas no contingente de idosos.

Em termos relativos, a população jovem varia a uma taxa inferior à da população idosa. Isto porque decorre algum tempo até que a população seja constituída integralmente por gerações nascidas após a queda da fecundidade. Neste intervalo, atenuam-se os problemas associados ao atendimento das necessidades de uma população jovem (principalmente no atendimento pré-escolar e na educação), enquanto ainda demora algum tempo para se intensificarem os problemas associados à população idosa (aposentadoria e saúde, por exemplo). As implicações das mudanças demográficas para a população em idades ativas e para o mercado de trabalho são mais complexas. Entretanto, elas continuarão tendo papel incisivo na trajetória futura do mercado.

Desconhecer estas novas realidades e o papel das transformações demográficas implicaria perder uma oportunidade para se beneficiar a população mais carente do país. A nova dinâmica populacional traz alguns benefícios diretos claros e, também, gera outras condições favoráveis que precisam ser aproveitadas.

---

---

## INTRODUÇÃO<sup>1</sup>

Nos últimos 25 anos, o Brasil vem experimentando uma queda significativa do seu nível de fecundidade. Por enquanto, essa mudança vem sendo tratada pela sociedade brasileira como mais uma obscura curiosidade científica que interessa apenas à comunidade de demógrafos e de outros especialistas. Tanto o fenômeno como suas implicações continuam a ser ignorados por boa parte da opinião pública e não têm sido praticamente levados em consideração na redefinição de políticas sociais.

Tal atitude constitui um equívoco sério. A queda da fecundidade já provocou uma profunda e rápida transformação do padrão demográfico do país. Essa, por sua vez, corresponde a uma das mais importantes mudanças estruturais ocorridas na sociedade brasileira neste fim de século. É verdade que suas conseqüências não são imediatamente evidentes. Também levarão décadas para se realizarem integralmente, devido à inércia inerente dos processos demográficos, estreitamente ligados aos ciclos e à duração da vida humana. Sem embargo, as mudanças provocadas já têm grande significado para a agenda social e para a definição de prioridades do setor público.

Em que consiste esse novo padrão demográfico? Essencialmente, a queda da fecundidade vem produzindo uma redução progressiva e significativa da taxa de crescimento populacional e, a médio e longo prazos, uma modificação profunda na distribuição etária. Tais mudanças refutam a convicção já profundamente arraigada de que o Brasil estava fadado a conviver com uma população rapidamente crescente e com uma estrutura etária permanentemente jovem.

A expectativa generalizada de crescimento acelerado da população brasileira já perdura há várias décadas, desde que os níveis de mortalidade da população brasileira começaram a cair significativamente e, por essa via, a impulsionar um ritmo de crescimento vegetativo elevado. Até há pouco tempo, não se acreditava que seria possível atingir uma redução sustentada da fecundidade, sem que antes os benefícios do crescimento econômico fossem estendidos a toda a população. Presumia-se que seria necessário uma melhoria significativa no nível de renda para que a população pobre — que representa a grande maioria do total — pudesse passar a querer um número menor de filhos e, portanto, adotasse medidas de controle da prole.

Esse pressuposto não se verificou. Apesar do nível e da distribuição de renda terem apresentado poucas melhorias, fica evidente que todos os setores quantitativamente importantes da população já passaram a regular sua prole. Neste documento, não se pretende analisar as causas desta redução, pois é uma questão que já tem sido abordada em outras ocasiões,<sup>2</sup> senão descrever suas prováveis conseqüências para a agenda social. Pretende-se mostrar como o menor crescimento da população, a ritmos diferenciados segundo os diversos grupos etários, cria condições potencialmente mais favoráveis para a resolução de alguns problemas sociais e, ao mesmo tempo, agudiza outros — como no caso do aumento significativo de pessoas no contingente de idosos.

Essa reflexão sobre o significado do novo padrão demográfico para a questão social torna-se particularmente crucial na atual conjuntura, devido à confluência de várias circunstâncias e fatores negativos inter-relacionados. Por um lado, a crise econômica prolongada pela qual passa o país implica, perversamente, uma redução significativa da disponibilidade de recursos públicos para resolver as penosas dificuldades sociais por ela provocadas. Por outro, as grandes transformações político-econômicas que abalaram o mundo durante a década de 80 tiveram reflexos sobre a legitimidade da intervenção do Estado na sociedade, reduzindo não somente sua área de atuação, mas também sua base financeira de apoio.

Embora a fé cega no neoliberalismo que prevalecia há poucos anos atrás, tenha sido estremeçada pelos eventos posteriores, não se vislumbra, no futuro previsível, um retorno a modelos

---

<sup>1</sup> Trabalho realizado no âmbito do Convênio IPEA/ISPN.

<sup>2</sup> Ver, por exemplo, Faria (1989) — trabalho apresentado na Conferência sobre a Demografia da Desigualdade na América Latina —, Carvalho; Paiva e Sawyer (1981) e Martine (1989, p.28 a 35).

---

centralizadores. É pouco provável que o Estado volte a assumir uma função produtiva dominante. Mas, ao mesmo tempo, o processo de transição econômico-político em curso deixou vazios de responsabilidade e gerou incertezas políticas, econômicas e sociais adicionais. Implicou, inclusive, custos sociais que se aliam àqueles produzidos pela crise para deteriorar ainda mais as condições difíceis em que vivem uma parcela significativa da população brasileira.

Tudo isso argumenta a favor de uma melhor utilização e de uma maior eficiência dos recursos destinados à área social, principalmente em condições de crise econômica, debilidade do Estado e crise fiscal. É imprescindível a redefinição de prioridades e a implantação de políticas mais consistentes. Para alcançar essa melhoria, é preciso, em primeiro lugar, identificar corretamente as tendências em curso, assim como dimensionar e caracterizar as populações-meta almejadas por diferentes elementos da política social.

Este documento representa a segunda etapa de um esforço conjunto empreendido pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e o Instituto Sociedade, População e Natureza (ISPN), visando caracterizar melhor as transformações demográficas recentes ocorridas no país e as suas implicações para o ordenamento das atividades do setor público. Ambos os trabalhos são baseados nos resultados preliminares (e ainda não publicados no momento em que se escrevem essas linhas) do Censo Demográfico de 1991.

O primeiro trabalho<sup>3</sup> descrevia as mudanças mais significativas ocorridas na distribuição espacial da população brasileira durante a década de 80, enfocando particularmente as mudanças observadas no padrão de concentração populacional. O presente estudo focaliza especificamente a queda da fecundidade e as mudanças na composição etária da população brasileira, tentando iniciar uma análise do significado destas para o dimensionamento de problemas e políticas sociais concernentes a diferentes segmentos sociais: a infância, a população escolar, a força de trabalho e a população idosa.

Portanto, este trabalho visa dois objetivos que correspondem, respectivamente, às duas partes deste documento. Primeiro, avaliar as conseqüências da queda recente da fecundidade para a composição demográfica da população brasileira. Para tanto, descreve-se, em rápidas pinceladas, a evolução da dinâmica demográfica brasileira nas últimas cinco décadas, assim como suas perspectivas até o ano 2020. Segundo, analisar algumas das principais implicações desse novo padrão demográfico para a questão social e para um subconjunto de políticas públicas. Trata-se de um estudo ainda preliminar, mais preocupado em alertar para a necessidade de tomar em conta as grandes tendências demográficas em curso, do que tentar prescrever políticas sociais coerentes com o novo padrão.

Deve-se observar que, neste estudo, foi dada uma ênfase especial à análise da evolução da população em idade ativa, identificada *grosso modo* como a população de 15 a 64 anos. Na realidade, a análise em relação a este segmento focaliza a interação entre o mercado de trabalho e as mudanças na estrutura demográfica, e não apenas os impactos da fecundidade sobre a composição do grupo (conforme é feito para outras categorias etárias).

Tal ênfase no mercado de trabalho é fundamentada em dois motivos. Por um lado, o efeito das mudanças demográficas é ainda menos visível na evolução da força de trabalho do que na composição da demanda social referente à infância, à população escolar ou à população idosa. Por outro lado, a dinâmica do mercado de trabalho é fundamental na definição das condições sociais da população; reflete a evolução da economia, define níveis de renda e, por diversas maneiras complementares, condiciona a situação social da população. Nesse sentido, merece um tratamento diferenciado.

Finalmente, uma ligeira advertência. Os dados censitários de 1991 utilizados aqui, fornecidos pelo IBGE, ainda estão sujeitos à correções, entretanto, tudo indica que estas devem ser mínimas, não alterando o teor das observações nem as conclusões apresentadas aqui.

---

<sup>3</sup> Ver *Martine* (1993).

---

# A DINÂMICA DEMOGRÁFICA BRASILEIRA<sup>4</sup>

## I. INTRODUÇÃO

A preocupação central deste trabalho é analisar as mudanças havidas no padrão demográfico durante a década de 80, aproveitando, sobretudo, a disponibilidade dos primeiros resultados do Censo Demográfico de 1991. Entretanto, para poder entender o significado das transformações recentes, é preciso contextualizá-las, estabelecendo um contraste com o perfil e a dinâmica demográficas que predominavam nas décadas anteriores. Este segmento, portanto, se inicia com uma breve revisão das características da mortalidade, da fecundidade e da estrutura etária em diferentes regiões brasileiras no período anterior a 1980; em seguida, aborda as mudanças observadas na década de 80.

## II. EVOLUÇÃO DA FECUNDIDADE E DA MORTALIDADE ATÉ 1980<sup>5</sup>

### 1. Padrões de Fecundidade no Período 1940-1970

A Tabela 1 apresenta estimativas da taxa de fecundidade total nas dez regiões brasileiras<sup>6</sup> para 1940, 1950 e 1970. Ao se examinarem as taxas de fecundidade total de 1970, destacam-se as enormes disparidades regionais. Enquanto o Rio de Janeiro e São Paulo apresentavam taxas de fecundidade em torno de quatro nascimentos por mulher no final do período reprodutivo, a Amazônia e as três regiões do Nordeste apresentavam níveis elevadíssimos, acima de sete nascimentos vivos por mulher.

A mesma tabela mostra também a variação percentual da taxa entre 1950 e 1970. Constata-se que, no país como um todo, o nível de fecundidade declinou tão-somente em 8%. Curiosamente, as regiões da Amazônia, do Nordeste, Centro-Oeste e Paraná mantiveram, no período, níveis de fecundidade constantes ou até crescentes. No Paraná, a fecundidade passou de 5,9 para 6,5 e no Centro-Oeste, de 6,4 para 6,6 filhos por mulher em idade reprodutiva. São regiões que, na década de 40, apresentavam níveis de fecundidade médios, pelos padrões brasileiros. Este fenômeno não é incomum, tendo em vista que tanto o Paraná como o Centro-Oeste eram áreas de expansão agrícola. Nessas áreas, a necessidade de mão-de-obra e a maior disponibilidade de terras são fatores que induzem os imigrantes pobres a formarem famílias mais numerosas.<sup>7</sup>

Quanto às outras regiões que apresentaram aumentos de fecundidade (Amazônia e Nordeste), é provável que elas tenham apresentado, no período observado, melhoria nas condições de vida e de saúde. Na ausência de controle da reprodução, isto teria aumentado o nível de fecundidade, por meio de aumento da fertilidade<sup>8</sup> e diminuição da mortali-

---

<sup>4</sup> Versões anteriores de partes deste capítulo podem ser encontradas em Carvalho (1988, p. 37 a 66; e 1993).

<sup>5</sup> Esta seção apresenta quase que exclusivamente resultados de pesquisas desenvolvidas no Cedeplar/UFMG, que têm a vantagem de cobrir o período de 1940 a 1980 com estimativas obtidas através das mesmas técnicas. Deve-se observar, porém, que estimativas de outros pesquisadores não apresentam divergência significativa com as estimativas aqui adotadas.

<sup>6</sup> A composição das dez regiões utilizadas é a seguinte: Amazônia: Amazonas, Pará, Acre, Amapá, Rondônia e Roraima; nordeste setentrional: Maranhão e Piauí; nordeste central: Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco e Alagoas; nordeste meridional: Bahia e Sergipe; leste: Minas Gerais e Espírito Santo; Rio de Janeiro: Rio de Janeiro; São Paulo: São Paulo; Paraná: Paraná; extremo sul: Rio Grande do Sul e Santa Catarina; e Centro-Oeste: Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Goiás, Tocantins e Distrito Federal.

<sup>7</sup> Ver, por exemplo, Easterlin e Merrick (1976).

<sup>8</sup> Fertilidade refere-se à capacidade das mulheres gerarem filhos.

dade fetal.<sup>9</sup> O mesmo fator pode, também, ter influenciado a fecundidade no Paraná e Centro-Oeste.

TABELA 1  
Brasil e Regiões:  
Estimativas das Taxas de Fecundidade Total  
(1940, 1950 e 1970)

Regiões	Taxa de Fecundidade Total			Variação Percentual entre as Décadas de 1950 e 1970
	1940	1950	1970	
Amazônia	6,9	7,3	8,1	11,0
Nordeste Setentrional	7,0	7,0	7,3	4,3
Nordeste Central	7,9	7,7	7,8	1,3
Nordeste Meridional	6,9	7,3	7,6	4,1
Leste	7,2	6,8	6,5	-4,4
Rio de Janeiro	4,2	4,0	4,0	0,0
São Paulo	5,6	5,1	4,2	-17,6
Paraná	5,9	5,9	6,5	10,2
Extremo Sul	6,2	6,2	5,1	-17,7
Centro-Oeste	6,2	6,4	6,6	3,1
<b>Brasil</b>	<b>6,5</b>	<b>6,3</b>	<b>5,8</b>	<b>-7,9</b>

Fonte: 1940 e 1950: Carvalho (1974); 1970: Carvalho (1978).

As regiões extremo sul, São Paulo e leste, principalmente as duas primeiras, já apresentavam, em 1970, redução gradativa de fecundidade. Observe-se que não houve variação da fecundidade na região do Rio de Janeiro; parte disso se deve, evidentemente, ao fato de que ela já apresentava, em 1940 e 1950, baixos níveis de fecundidade, comparativamente às demais regiões.

## 2. Níveis de Mortalidade entre 1940-1970

No que concerne à mortalidade, os dados da Tabela 2 revelam o notável ganho de anos de vida da população brasileira após a década de 30. De fato, a redução dos níveis de mortalidade foi bem mais rápida do que aquela experimentada anteriormente pelas populações européias. Nestas, o declínio da mortalidade havia sido lento e gradual através de séculos. No Brasil, como em outros países em desenvolvimento, a importação da tecnologia de controle de doenças permitiu avanços muito mais rápidos.<sup>10</sup>

Chama a atenção a persistência de grandes desigualdades nos níveis de mortalidade das diversas regiões brasileiras, nesse período. O nordeste central, apesar de ter experimentado o maior aumento relativo na esperança de vida ao nascer no período 1940-70, permaneceu com o nível mais alto de mortalidade no Brasil. A esperança de vida ao nascer, de 44,2 anos, estimada para essa região, em 1970, era muito baixa, correspondendo à média brasileira de 1940, quando dela é retirada a região em questão. Ou seja, foram necessários 30 anos para que o Nordeste Central atingisse, em 1970, o nível médio de mortalidade apresentado pelo resto do Brasil em 1940.

<sup>9</sup> Ver Carvalho e Paiva (1976).

<sup>10</sup> Ver, por exemplo, United Nations (1981).

TABELA 2  
**Brasil e Regiões:**  
**Estimativas de Esperança de Vida ao Nascer**  
**(1940, 1950 e 1970)**

Regiões	Esperança de Vida ao Nascer			Variação Absoluta entre 1950 e 1970
	1940	1950	1970	
Amazônia	39,8	42,7	53,8	11,1
Nordeste Setentrional	40,0	43,7	50,6	6,9
Nordeste Central	34,7	34,0	44,2	10,2
Nordeste Meridional	38,3	39,2	49,9	10,7
Leste	43,0	46,1	55,6	9,5
Rio de Janeiro	44,5	48,7	57,7	9,0
São Paulo	42,7	49,4	58,8	9,4
Paraná	43,9	45,9	57,0	11,1
Extremo Sul	51,0	55,3	62,6	7,3
Centro-Oeste	46,9	49,8	57,9	8,1
<b>Brasil</b>	<b>41,2</b>	<b>43,6</b>	<b>53,7</b>	<b>10,1</b>

Fonte: 1940 e 1950: Carvalho (1974); 1970: Carvalho (1978).

### 3. Evolução da Fecundidade e da Mortalidade na Década de 70

Apesar dos especialistas acreditarem que uma redução significativa e generalizada da fecundidade brasileira não ocorreria sem uma melhoria importante nos níveis de renda e nas condições de vida da população, os dados das Pesquisas Nacionais por Amostra de Domicílios, da década de 70, já apontavam para uma queda notável de fecundidade no Brasil.<sup>11</sup> Entretanto, poucos acreditaram nos dados, enquanto outros postulavam que se tratava de um fenômeno passageiro ou até reversível.<sup>12</sup> Foi preciso a confirmação dessa queda significativa, pelo Censo Demográfico de 1980, para que a maioria dos demógrafos se convencesse dessa nova realidade.

A Tabela 3 apresenta as estimativas de fecundidade, com base nos dados dos censos demográficos de 1970 e 1980. Como já referido anteriormente, entre 1950 e 1970, o nível de fecundidade no país tinha declinado em apenas 8% e a distintas taxas entre as regiões; algumas delas, inclusive, experimentaram um aumento de fecundidade.

Entre 1970 e 1980, porém, houve uma queda, a nível nacional, de aproximadamente 26%, com descensos significativos em todas as regiões. No nordeste meridional, a redução foi a mais modesta (6,8%), mas, ainda assim, não desprezível. Nas demais regiões, a queda foi muito significativa, e nunca inferior a 18%, sendo que no leste, Paraná, extremo sul e Centro-Oeste, a redução foi superior a 30%.<sup>13</sup>

<sup>11</sup> Ver Carvalho (1980).

<sup>12</sup> As exceções mais notáveis foram documentadas em Carvalho (ibid.); Merrick, Berquó (1983).

<sup>13</sup> A queda da fecundidade rural também foi generalizada, porém a um ritmo ligeiramente menor. No país como um todo, entre 1970 e 1980, o declínio foi de 22,4%. Para análise do comportamento da fecundidade, ano a ano, entre 1957 e 1979, em nível do país e das regiões, por setor rural e urbano, ver Fernandez e Carvalho (1986).

TABELA 3  
**Brasil e Regiões:**  
**Taxas de Fecundidade Total**  
**(1970 e 1980)**

Regiões	1970	1980	Variação Percentual
Amazônia	8,1	6,4	-21,0
Nordeste Setentrional	7,3	6,8	-6,8
Nordeste Central	7,8	5,8	-25,6
Nordeste Meridional	7,6	6,2	-18,4
Leste	6,5	4,3	-33,8
Rio de Janeiro	4,0	2,9	-27,5
São Paulo	4,2	3,2	-23,8
Paraná	6,5	4,1	-36,9
Extremo Sul	5,1	3,3	-35,3
Centro-Oeste	6,6	4,5	-31,8
<b>Brasil</b>	<b>5,8</b>	<b>4,3</b>	<b>-25,9</b>

Fonte: 1970: *Carvalho (1978)*; *Carvalho e Pinheiro (1986)*.

Passando agora para o exame da evolução da mortalidade na década de 70, a Tabela 4 apresenta as estimativas de esperança de vida ao nascer, de acordo com os dados dos Censos de 1970 e 1980. Observa-se que, na década de 70, manteve-se a tendência declinante da mortalidade, com um ganho médio, ao nascer, de seis anos de vida, isto é, um aumento médio superior a um ano em cada biênio.

Apesar de ainda permanecer a enorme heterogeneidade regional de mortalidade no país, as estimativas sugerem, confirmando o que já foi constatado quando da análise da Tabela 2, uma tendência à convergência, no longo prazo, dos níveis de mortalidade das diversas regiões.

Em termos de mortalidade infantil, o nível mais elevado em 1980 encontrava-se no nordeste central, onde ascendia ao altíssimo índice de 160 por mil nascidos vivos, enquanto o extremo sul apresentava a menor mortalidade (46 por mil nascidos vivos); a média nacional se situava em torno de 87. Vistos em conjunto, esses dados mostram que, em 1980, o Brasil ainda apresentava mortalidade infantil média muito alta, além de uma enorme heterogeneidade regional. Comparado com as taxas de outros países latino-americanos, o nível de mortalidade infantil brasileiro de 87 por mil nascidos vivos, naquele momento, destaca-se como muito elevado. Em 1970, portanto em período anterior ao das estimativas brasileiras aqui referidas, a taxa de mortalidade infantil em Cuba era de 36 por mil nascidos vivos, na Argentina 59, na Costa Rica 62 e no Chile 79.<sup>14</sup>

<sup>14</sup> Ver ONU (1975).

**TABELA 4**  
**Brasil e Regiões:**  
**Estimativas de Esperança de Vida ao Nascer e**  
**Taxas de Mortalidade Infantil**  
**(1970 e 1980)**

Regiões	Esperança de Vida ao Nascer			Variação Absoluta entre 1950 e 1970
	1970	1980	Variação Absoluta	
Amazônia	53,8	63,2	9,4	69,7
Nordeste Setentrional	50,6	56,9	6,3	106,0
Nordeste Central	44,2	49,5	5,3	160,2
Nordeste Meridional	49,9	58,2	8,3	10,7
Leste	55,6	63,1	7,5	97,9
Rio de Janeiro	57,7	63,6	5,9	70,1
São Paulo	58,8	63,7	4,9	67,5
Paraná	57,0	64,1	7,1	65,6
Extremo Sul	62,6	68,5	5,9	46,1
Centro-Oeste	57,9	64,0	6,1	66,1
<b>Brasil</b>	<b>53,7</b>	<b>59,9</b>	<b>6,2</b>	<b>87,3</b>

Fonte: 1970: Carvalho (1978); 1980: Carvalho e Pinheiro (1986).

### III. FECUNDIDADE E COMPOSIÇÃO DEMOGRÁFICA, SEGUNDO OS RESULTADOS PRELIMINARES DO CENSO DEMOGRÁFICO DE 1991

#### 1. A Evolução da Fecundidade na Década de 80

No tocante à fecundidade, o resultado mais importante revelado pelos dados preliminares do Censo de 1991 é a confirmação clara do declínio da fecundidade já observado em períodos anteriores e até mesmo sua aceleração. Em consequência dessa continuidade, o ritmo anual de crescimento populacional caiu significativamente entre as décadas de 70 e 80, passando de 2,4% para 1,9%. Isto resultou na enumeração de um total de 147 milhões de pessoas em 1991, bem abaixo das previsões feitas ainda no início da década de 80.

Estes resultados causaram surpresa, pois, apesar dos esforços de pesquisa e divulgação desenvolvidos pelos estudiosos de população, ainda persiste a convicção generalizada de que o declínio da fecundidade constituiu-se em um fenômeno conjuntural e/ou limitado aos estratos sociais mais privilegiados. Por outro lado, mesmo para os especialistas, a queda da fecundidade nos anos 80 deu-se, provavelmente, a um ritmo maior do que o esperado. Conseqüentemente, até as projeções feitas durante a década, quando os especialistas já eram cientes da persistência da queda através das PNAD's, apontavam para números maiores do que aqueles revelados eventualmente pelo Censo de 1991.<sup>15</sup> Ou seja, cada nova informação revela um declínio da fecundidade maior ainda do que aquele esperado.

<sup>15</sup> Para 1990, a projeção feita no início da década pelo IBGE indicava 150,4 milhões de pessoas; a projeção feita pelo Iplan/IPEA, já na segunda metade da década, indicava 145,9 milhões. Tendo por base o Censo de 1991, a população em 1990 estava em torno de 144,8 milhões. Ver IBGE (1988); Camarano, Beltrão e Neupert (1989).

---

A rapidez e a universalidade da queda da fecundidade brasileira são surpreendentes, particularmente quando se percebe que ela ocorreu em um país de dimensões continentais, população volumosa, níveis de educação muito baixos, heterogeneidades regionais e sociais enormes, assim como de pobreza generalizada.

Em um país onde a maior parcela da população encontra-se nos estratos de renda baixa, tal queda do nível médio da fecundidade só seria possível, se ela também ocorresse de modo generalizado nos segmentos populacionais mais pobres. Merrick e Berquó, com base nos dados do Censo de 1970 e da PNAD de 1976, mostravam que o maior declínio relativo havia ocorrido justamente no grupo mais pobre da população, isto é, nas famílias com renda familiar mensal abaixo de um salário mínimo.<sup>16</sup> Se repetida essa pesquisa hoje, demonstraria, inevitavelmente, que os grupos populacionais que mais alteraram seu comportamento reprodutivo no período mais recente são justamente os setores mais pobres.

O padrão brasileiro de declínio da fecundidade é ainda mais surpreendente quando se considera que ocorreu na ausência de qualquer política oficial de controle de natalidade ou de planejamento familiar.<sup>17</sup> Vários outros países de dimensões continentais também experimentaram descensos similares nas últimas décadas; entretanto, todos eles têm adotado políticas enérgicas de planejamento familiar e/ou controle populacional. O Gráfico 1 compara o descenso da fecundidade do Brasil com o desses outros países grandes e populosos, cujo declínio da fecundidade costuma ser atribuído, em parte significativa, às políticas governamentais destinadas a reduzir a fecundidade. Observa-se que não há diferenças significativas entre a trajetória brasileira e a dos outros países examinados, apesar das discrepâncias nas ações do setor público em relação ao comportamento reprodutivo.

Por outro lado, não se deve interpretar essa resposta autônoma da população brasileira, na área reprodutiva, como uma façanha positiva, ou como uma resposta tipicamente adequada do *laissez-faire*. A redução rápida da fecundidade brasileira não é produto de forças de mercado no sentido clássico. Apesar da falta de um apoio efetivo do setor público, ela atesta para a vontade generalizada de todos os setores populacionais, de reduzir o número de filhos. Esta motivação provavelmente vem sendo acentuada e mantida pelas conseqüências da crise econômica prolongada, mas, de qualquer forma, representa um fenômeno irreversível.

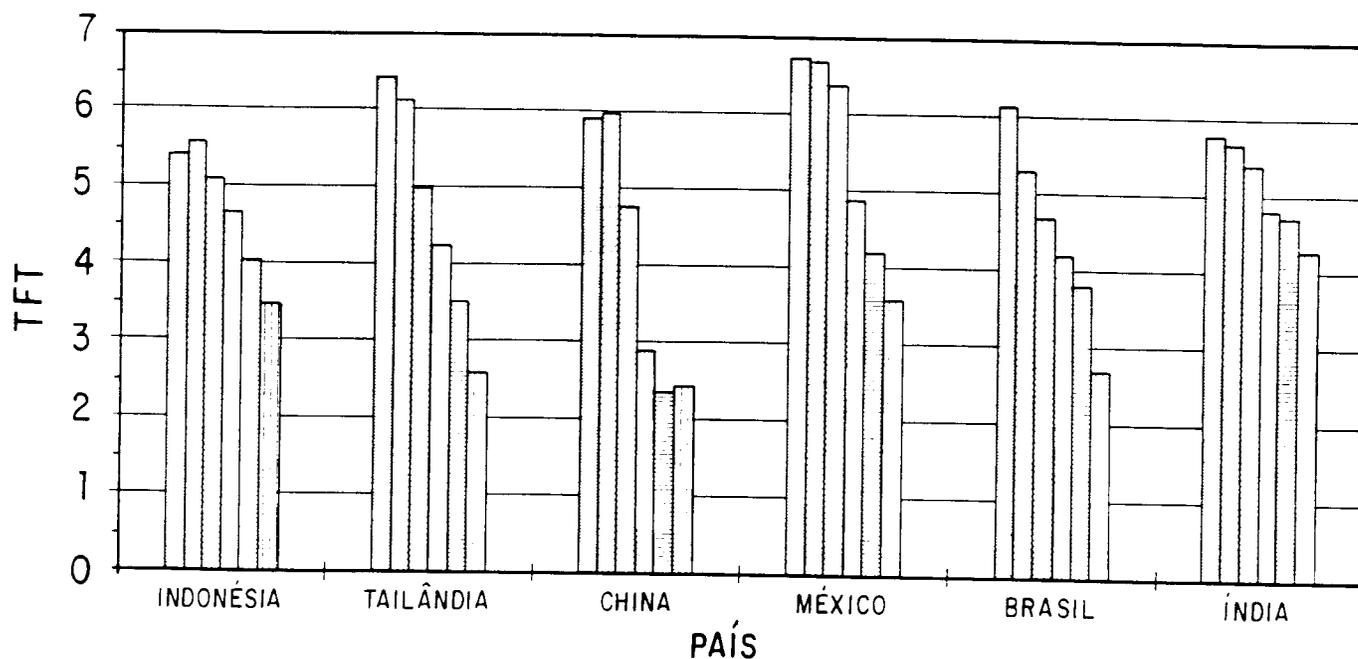
Do ponto de vista da política social, porém, o importante é que essa ausência de um apoio sistemático e generalizado na área de planejamento da prole tem levado as pessoas a adotarem métodos e técnicas inadequadas e a sofrerem as conseqüências disso. Os meios de controle da prole mais utilizados no Brasil são o aborto, a esterilização e a pílula anticoncepcional. Os prejuízos causados à saúde das mulheres pelo uso indevido da pílula e pelo aborto (realizado muitas vezes em condições sórdidas), assim como a generalização da esterilização irreversível, utilizada como último recurso devido à falta de outros métodos, são todos fenômenos condenáveis. Ao mesmo tempo, é importante ressaltar que essas são questões que deveriam e poderiam ser sanadas, sob a ótica da saúde reprodutiva, da assistência ao direito fundamental que cada pessoa ou casal tem de regular sua prole, e não do controle populacional.

---

<sup>16</sup> Ver Merrick e Berquó (1983).

<sup>17</sup> O Programa de Atenção Integral da Saúde da Mulher (Paism) não pode ser qualificado como uma política de "planejamento familiar" no mesmo sentido que as políticas adotadas na grande maioria dos outros países em desenvolvimento, visando, na realidade, a redução da fecundidade. Embora forneça serviços de planejamento familiar, o Paism é voltado primordialmente para questões de saúde reprodutiva e tem sua legitimação ideológica nesse referencial. Mais importante, sua cobertura ainda é relativamente reduzida, limitando, portanto, seu significado em termos da diminuição da fecundidade.

GRÁFICO 1  
O Declínio da Fecundidade  
em Países Seleccionados (TFT)



1960/65  
 1965/70  
 1970/75  
 1975/80  
 1980/85  
 1985/90

Fonte: *World Population Prospects, 1990, FNUAP, New York, 1991. Para Brasil, 1985-90: estimativas preliminares dos autores.*

## 2. Impactos da Queda da Fecundidade sobre a Composição Etária e sobre a Taxa de Crescimento Demográfica

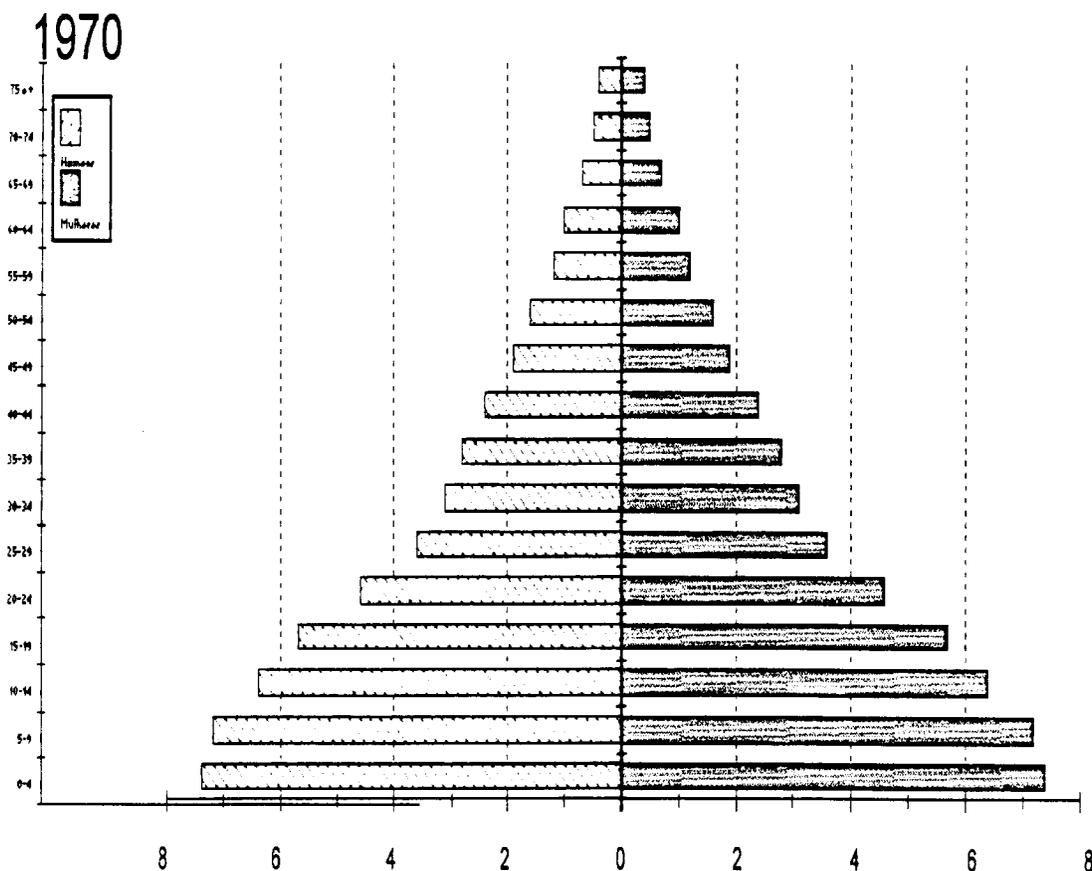
Os Gráficos 2A, 2B e 2C mostram as pirâmides etárias da população brasileira em 1970, 1980 e 1991. Observa-se claramente o estreitamento da base das pirâmides através do tempo, indicando a diminuição da proporção de jovens no total. Essa tendência, já identificada em 1980, acelerou-se na década seguinte. Como resultado, a população chegou a ter, em 1991, menos crianças abaixo de cinco anos do que na faixa etária entre 5 e 10 anos.

Esta redução no número absoluto de crianças nascidas no último quinquênio antes do censo é um indicador claro da rapidez do declínio da fecundidade. De fato, essa diminuição ocorreu apesar de haver menos mulheres em idade fértil, entre 1981 e 1986, do que entre 1986 e 1991, e de que as crianças nascidas neste último quinquênio ficaram expostas à mortalidade por menor número de anos.

Estimativas muito preliminares feitas no IBGE sugerem, para 1990, uma taxa de fecundidade total entre 2,4 e 2,9 filhos por mulher.<sup>18</sup> Mesmo tomando-se a estimativa maior, entre 1980 e 1991 a taxa de fecundidade total teria experimentado um declínio de 33%, redução bem superior àquela observada entre 1970 e 1980, que foi de 25,9%. No caso da taxa de fecundidade total ter-se reduzido para 2,4%, o declínio teria sido da ordem de 44%.<sup>19</sup>

A Tabela 5 apresenta as estruturas etárias relativas da população brasileira em 1970, 1980 e 1991. No Anexo 1, podem ser encontradas uma explicação técnica e informações mais detalhadas a respeito das mudanças na estrutura etária da população à luz do conceito de população estável.

GRÁFICO 2A  
Brasil, 1970: Distribuição da População Segundo Sexo e Idade (por cem)

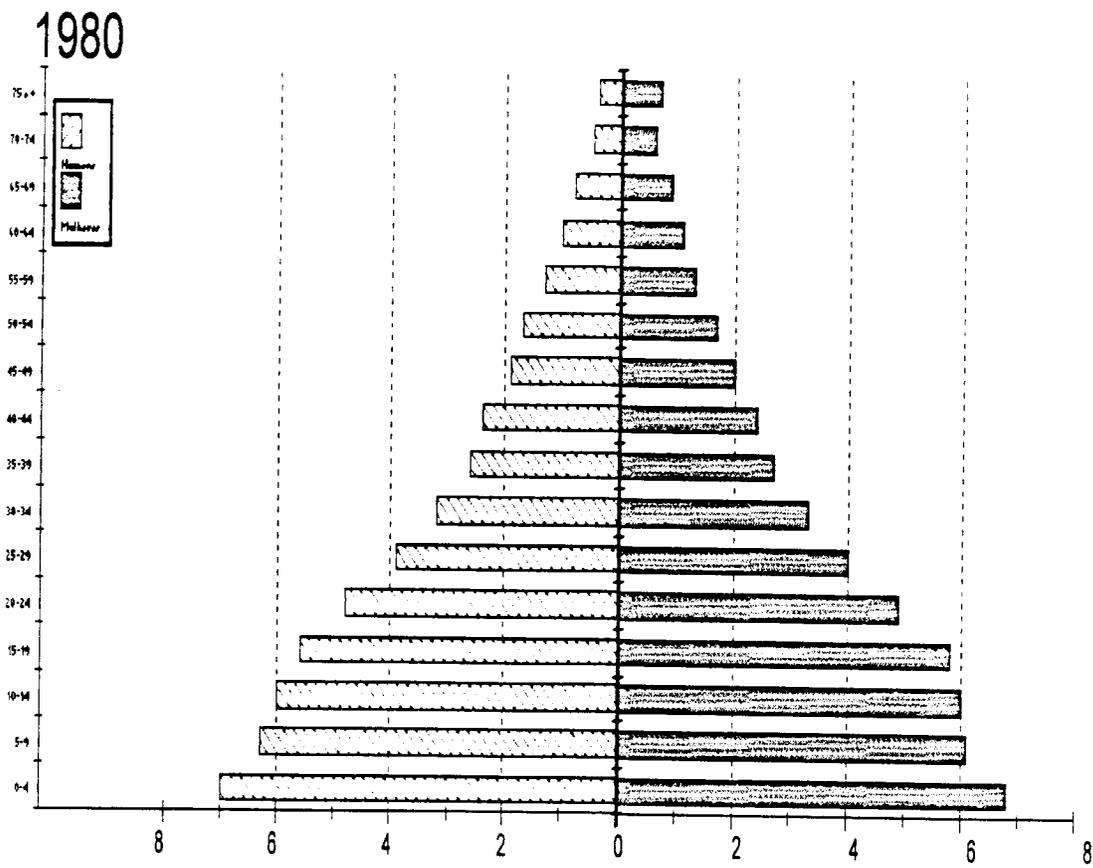


Fonte: IBGE. 1970 e 1980: dados publicados; 1991: dados preliminares do DPE/Depop.

<sup>18</sup> Ver Bercovich e Mendes (1993).

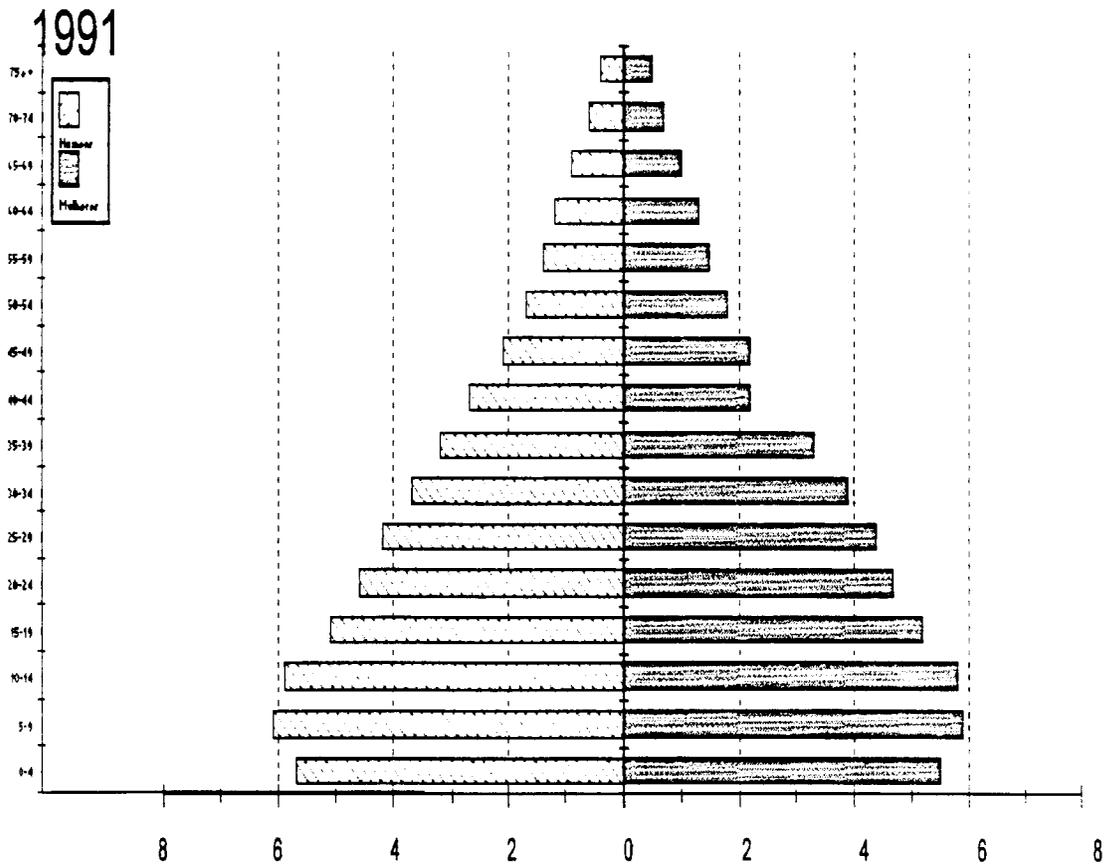
<sup>19</sup> Não estão ainda disponíveis dados censitários que permitiriam gerar estimativas por região ou por grupos sociais. No entanto, como o nível de fecundidade em 1980 já era relativamente baixo nas regiões mais ricas e nos grupos sociais mais privilegiados, pode-se inferir que o declínio nas regiões menos desenvolvidas e/ou nos grupos mais pobres tenha sido maior do que a média nacional, não somente em termos absolutos, mas também relativos. Os dados da pesquisa Bemfam/DHS, realizada em 1991 e que se limitou ao Nordeste, mostram para aquela região uma taxa de fecundidade total de 3,7 em 1991. Em 1986, era de 5,2. Teria havido, pois, um declínio de 29% em apenas cinco anos. Ver Bemfam (1992).

GRÁFICO 2B  
 Brasil, 1980: Distribuição da População  
 Segundo Sexo e Idade (por cem)



Fonte: IBGE. 1970 e 1980: dados publicados; 1991: dados preliminares do DPE/Depop.

GRÁFICO 2C  
 Brasil, 1991: Distribuição da População  
 Segundo Sexo e Idade (por cem)



Fonte: IBGE. 1970 e 1980: dados publicados; 1991: dados preliminares do DPE/Depop

TABELA 5  
**Brasil: Distribuição Etária e Taxa  
de Crescimento da População Observada  
(1970, 1980 e 1991)**

Grupos de Idade	1970	1980	1991	TC Pop.Obs(%)	
	Observada	Observada	Observada	1970/80	1980/91
00 — 04	15,5	14,3	11,6	1,0	-0,1
05 — 09	14,4	12,6	11,8	1,0	1,5
10 — 14	12,7	11,9	11,6	1,9	1,7
15 — 19	10,9	11,3	10,2	2,9	1,0
20 — 24	8,8	9,6	9,2	3,3	1,5
25 — 29	6,9	7,9	8,6	3,8	1,7
30 — 34	6,0	6,4	7,5	3,1	2,7
35 — 39	5,4	5,3	6,4	2,2	3,4
40 — 44	4,9	4,8	5,3	2,4	3,7
45 — 49	3,8	3,9	4,2	2,8	2,9
50 — 54	3,2	3,4	3,5	3,4	2,6
55 — 59	2,5	2,6	2,9	3,2	2,1
60 — 64	1,9	2,0	2,5	3,2	2,8
65 — 69	1,3	1,7	1,9	5,3	3,7
70 e +	1,8	2,3	2,9	4,8	2,9
<b>Total(%)</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>2,4</b>	<b>1,9</b>
TC (%)□	2,8*	2,4	1,9	2,4	1,9
<b>Total</b>					
<b>(milhares)</b>	<b>93.139</b>	<b>119.003</b>	<b>146.917</b>	<b>2,4</b>	<b>1,9</b>

Fonte: *Carvalho (1993)*.

Nota: A população de 0 a 4 anos enumerada nos censos de 1970, 1980 e 1991 foi aumentada em 5%. TC corresponde à taxa média anual de crescimento intercensitária da população.

\* Taxa média anual de crescimento entre 1960 e 1970

O essencial é que esses dados mostram, em primeiro lugar, um expressivo "envelhecimento" da população, no sentido de que ela passa a incluir uma parcela cada vez menor de jovens e cada vez maior de pessoas nas faixas etárias mais velhas. Ficam patentes os efeitos do declínio da fecundidade, ocorrido entre 1970 e 1991, sobre o crescimento populacional e sobre a estrutura etária da população. Nesse período, a proporção da população menor de 15 anos foi reduzida de 42,6% para 35,0%, uma queda relativa de 18%, e a taxa de crescimento média anual passou de 2,8% para 1,9%, um declínio relativo de 30%. Observa-se que, nas faixas etárias abaixo de 15 anos, a proporção da população total diminuiu sistematicamente a cada ano; além disso, a diminuição é mais rápida nas faixas etárias menores. Enquanto isso, a proporção das faixas etárias acima de 45 anos vem crescendo regularmente, sendo mais significativo o crescimento nos grupos mais idosos. As faixas intermediárias apresentam variações oscilantes.

---

A última coluna da Tabela 5 mostra as taxas médias anuais de crescimento em cada faixa etária, entre 1970 e 1980, e entre 1980 e 1991. As mudanças podem ser divididas em dois conjuntos claramente diferenciados:

- 1) aquele referente às gerações nascidas após 1965 (população abaixo de 15 anos em 1980 e 25 anos em 1991) e, portanto, já no período de declínio da fecundidade. Estes grupos cresceram a taxas inferiores à média geral, tendo ocorrido, inclusive, decréscimo das crianças abaixo de cinco anos entre 1980 e 1991; e
- 2) os grupos acima de 15 anos em 1980 e 25 anos em 1991, que cresceram a taxas bem mais altas.

É este padrão de taxas diferenciadas de crescimento, mais baixas entre população jovem e mais elevadas entre a população adulta e idosa, que, necessariamente, modifica a estrutura etária. À medida que as gerações nascidas após o início do declínio da fecundidade constituírem as faixas etárias mais velhas, estes grupos apresentarão também menores taxas de crescimento.

À luz da experiência internacional, assim como da trajetória de evolução da fecundidade no Brasil e dos altos e crescentes níveis de prevalência da anticoncepção,<sup>20</sup> podemos supor que a fecundidade continuará a cair, tendendo rapidamente para valores em torno do nível de reposição.<sup>21</sup> No próximo segmento, examinamos, em maior detalhe, as perspectivas dessa tendência para o crescimento populacional.

#### IV. A TRAJETÓRIA PROVÁVEL DA POPULAÇÃO BRASILEIRA NAS PRÓXIMAS DÉCADAS E NO SÉCULO XXI

Utilizando os dados preliminares do Censo Demográfico de 1991, projetou-se a população brasileira, em primeiro lugar, para o ano 2020. Tais projeções, referentes ao curto prazo, permitem um grau de confiança maior, particularmente em vista da disponibilidade de dados recentes e da contundência das tendências neles apresentadas. Supõe-se, para efeitos desta projeção, que a população brasileira chegue a uma taxa intrínseca de crescimento nula no ano 2015.<sup>22</sup> As funções de fecundidade e mortalidade adotadas para essa projeção, compatíveis com os resultados censitários mais recentes, são apresentadas na Tabela 6, que mostra as taxas de fecundidade total e a esperança de vida ao nascer das tabelas de sobrevivência utilizadas na projeção.

---

<sup>20</sup> Ver Arruda et alii (1986), cuja pesquisa indica que 66% das mulheres casadas, de 15 a 44 anos, estavam usando algum método anticoncepcional. Das usuárias, 41% estavam esterilizadas e 38% faziam uso da pílula. A pesquisa mais recente sobre prevalência limitou-se ao Nordeste e foi realizada em 1991. Entre 1986 e 1991 a proporção de usuárias entre mulheres casadas do Nordeste, de 15 a 44 anos em 1986 e de 15 a 49 anos em 1991, passou de 53% para 59%, e entre elas, as esterilizadas aumentaram de 46,5% para 63,7% e as que tomavam pílula diminuíram de 32,7% para 22,5%. Ver, também, Bemfam/DHS (1992).

<sup>21</sup> Função fecundidade a nível de reposição é aquela que, combinada com uma dada função mortalidade, produz uma população estável com crescimento zero, isto é, uma população estacionária.

<sup>22</sup> As projeções foram realizadas por Cláudio Caetano Machado, doutorando em Demografia no Cedeplar/UFMG. Nestas, foram fixadas para o período 2015-2020 funções que produzissem taxa líquida de reprodução igual a 1,0. Em consequência, considerou-se que, a partir de 2015, a população brasileira terá uma taxa intrínseca de crescimento igual a zero, isto é, tenderá a uma população estável com crescimento nulo, qual seja uma população estacionária.

**TABELA 6**  
**Brasil: Taxas de Fecundidade Total e Esperança**  
**de Vida ao Nascer Adotadas para**  
**Projeção — Ambos os Sexos**  
**(1990-1995/2015-2020)**

Período	TF	e%
1990-1995	2,87	66,0
1995-2000	2,63	67,0
2000-2005	2,41	67,9
2005-2010	2,20	68,8
2010-2015	2,19	69,7
2015-2020	2,19	70,4

Fonte: Projeção de Cláudio Caetano Machado.

A população ajustada para 1º de setembro de 1990 e a projetada para os anos 2000, 2010 e 2020, assim como as taxas médias de crescimento em cada grupo etário são apresentadas na Tabela 7.

**TABELA 7**  
**Brasil: População Estimada em 1990, População**  
**Projetada e Taxa de Crescimento**  
**(2000, 2010 e 2020)**

Grupos de Idade	Taxa média anual de crescimento						
	1990	2000	2010	2020	1990/2000	2000/2010	2010/2020
00 — 04	16.043	17.512	16.466	16.982	0,9	-0,6	0,3
05 — 09	17.217	17.041	17.135	16.479	-0,1	0,1	-0,4
10 — 14	16.886	15.732	17.227	16.245	-0,7	0,9	-0,6
15 — 19	14.874	17.096	16.939	17.046	1,4	-0,1	0,1
20 — 24	13.384	16.730	15.609	17.114	2,3	-0,7	0,9
25 — 29	12.471	14.679	16.909	16.786	0,7	1,4	-0,1
30 — 34	10.914	13.150	16.489	15.427	1,9	2,3	-0,1
35 — 39	9.327	12.182	14.398	16.645	2,7	1,7	1,5
40 — 44	7.742	10.569	12.800	16.123	3,2	1,9	2,3
45 — 49	6.055	8.918	11.722	13.934	4,0	2,8	1,7
50 — 54	5.093	7.264	9.994	12.193	3,6	3,2	2,0
55 — 59	4.193	5.515	8.204	10.889	2,8	4,1	2,9
60 — 64	3.588	4.425	6.391	8.916	2,1	3,7	3,4
65 — 69	2.746	3.395	4.536	6.871	2,1	2,9	4,2
70 e +	4.261	5.263	6.656	9.353	2,1	2,4	3,5
<b>Total</b>	<b>144.794</b>	<b>169.471</b>	<b>191.475</b>	<b>211.003</b>	<b>1,6</b>	<b>1,2</b>	<b>1,0</b>
00 — 14	50.146	50.285	50.828	49.706	0,0	0,1	-0,2
15 — 64	87.641	110.528	129.455	145.073	2,4	1,6	1,2
65 e +	7.007	8.658	11.192	6.224	2,1	2,6	3,8

Fonte: Projeção de Cláudio Caetano Machado.

Aceitas as hipóteses implícitas na projeção, a população brasileira passaria de 145 milhões, em 1990, para 169 milhões, no ano 2000, e para 211 milhões, em 2020. Vale a pena contrastar isso com as projeções oficiais brasileiras realizadas no início dos anos 70, as quais indicavam, para o ano 2000, uma população total de 201 milhões.<sup>23</sup> Obviamente, a diferença de 32 milhões de pessoas entre as duas projeções é consequência do declínio da fecundidade entre 1970 e 2000. Observe-se que os 32 milhões de "ausentes" teriam, então, idade abaixo de 30 anos — fato extremamente relevante para a delimitação de políticas sociais. Na realidade, o número de nascimentos "evitados" é ainda maior, pois os 32 milhões se referem apenas aos "sobreviventes" de coortes que teriam nascido entre 1970 e 2000 e chegado com vida ao ano 2000, de acordo com as projeções mais antigas.

Na Tabela 8 são apresentadas as projeções da população brasileira até o final do século XXI — mantidas constantes as funções de fecundidade e mortalidade pressupostas para 2015/2020. Conforme se pode observar, a taxa de crescimento populacional declinaria rapidamente a partir do segundo decênio do próximo século, atingindo cerca de 0,2% ao ano, no ano 2050, quando a população menor de 15 anos responderia por 20,8% da população total, a de 15 e 65, por 65,0%, e a idosa, por 14,2%.

**TABELA 8**  
**Brasil: População, Taxa Média Anual de**  
**Crescimento, Estrutura Etária Relativa**  
**(2020-2100)**

Período	População (milhares)	Taxa de Crescimento no Período	Estrutura Etária Relativa		
			00-14	15-64	65 e +
2020	211.002	1,10*	23,5	68,7	7,7
2040	236.884	0,58	21,3	66,7	12,0
2050	242.700	0,24	20,8	65,0	14,2
2060	244.926	0,09	20,6	64,7	14,7
2080	245.880	0,02	20,5	64,4	15,1
2100	246.109	0,00**	20,5	64,2	15,3

Fonte: *Projeção de Cláudio Caetano Machado.*

\* Taxa média de crescimento entre 2000 e 2020

\*\* Menor do que 0,01%

A partir da metade do próximo século, a população crescerá a taxas muito próximas de zero e se estacionará abaixo de 250 milhões. Durante o decorrer de todo o século, a população brasileira passará de 169 milhões para 246 milhões. Este acréscimo de 77 milhões será, em termos absolutos, inferior àquele observado entre 1940 e 1980.

Essas são, em grandes linhas, as principais mudanças ocorridas no padrão demográfico brasileiro durante as últimas décadas e suas perspectivas. A seguir, abordamos algumas das implicações dessas transformações para a questão social brasileira.

<sup>23</sup> ver IBGE (1974).

# Conseqüências das Mudanças no Padrão Demográfico para a Agenda Social

## I. INTRODUÇÃO

Da análise anterior é legítimo extrair algumas lições básicas de significado considerável para a revisão da agenda social nas próximas décadas. Em síntese, o Brasil encontra-se numa fase adiantada da sua transição demográfica. Embora não se tenha discutido detalhadamente a evolução da mortalidade aqui, é bom recordar que o país experimentou uma diminuição significativa dos níveis tradicionais já há muitas décadas. Embora os níveis de esperança de vida devam ainda melhorar bastante nos próximos anos, os ajustes futuros no domínio da mortalidade vão ser bem menores do que aqueles verificados no passado.

No que concerne à fecundidade, objeto precípuo deste estudo, as páginas anteriores demonstraram claramente que o Brasil encontra-se no meio de um descenso rápido e significativo, e que este traz profundas mudanças no ritmo de crescimento e na estrutura etária populacional. Como já foi visto, a população brasileira já está experimentando baixos níveis de crescimento entre os jovens e altos níveis entre os de idade mais avançada. Isto leva, como conseqüência óbvia, a mudanças no perfil das demandas sociais.

Na análise a seguir, procura-se caracterizar essas mudanças e iniciar uma discussão sobre seu significado. A base estatística para esta discussão encontra-se resumida nos dados da Tabela 9A e B, que mostram, para o período de 1990 a 2020, a população, a distribuição proporcional e a taxa média anual de crescimento nos grupos de 0 a 4, 5 a 14, 15 a 64, 65 e mais anos de idade.

TABELA 9A  
Brasil: Estrutura Etária e Taxas  
de Crescimento (1990/2020)

Grupo de Idade	População (milhares)				Distribuição Proporcional (%)			
	Observada	Projetada			Observada	Projetada		
	1990	2000	2010	2020	1990	2000	2010	2020
00-04	16.043	17.512	16.466	16.982	11,1	10,3	8,6	8,0
05-14	34.103	32.773	34.362	32.724	23,6	19,3	18,0	15,5
15-64	87.641	110.528	129.455	145.073	60,5	65,2	67,6	68,8
65 +	7.007	8.658	11.192	16.224	4,8	5,2	5,8	7,7
<b>Total</b>	<b>144.794</b>	<b>169.471</b>	<b>191.475</b>	<b>211.003</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Sinopse. Preliminar do Censo Demográfico de 1991, IBGE/DPE/Depop e projeções de Cláudio Caetano Machado.

TABELA 9B  
**Brasil: Estrutura Etária e Taxas de  
 Crescimento (1980/2020)**

Grupo de Idade	Taxa Média Anual de Crescimento				
	Observada	Projetada			
	1980/1990	1990/2000	2000/2010	2010/2020	1990/2020
00-04	-0,2	0,9	-0,6	0,3	0,2
05-14	1,6	-0,4	0,5	-0,5	-0,1
15-64	2,5	2,4	1,6	1,2	1,7
65 +	3,9	2,1	2,6	3,8	2,8
<b>Total</b>	<b>1,9</b>	<b>1,6</b>	<b>1,2</b>	<b>1,0</b>	<b>1,3</b>

Fonte: *Sinopse. Preliminar do Censo Demográfico de 1991, IBGE/DPE/Depop e projeções de Cláudio Caetano Machado.*

A segurança com que se pode projetar esse cenário demográfico para as próximas décadas, a partir das evidências existentes, é bastante grande. Os processos demográficos embutem uma inércia que não pode ser revertida no curto prazo, a não ser por cataclismos ou desastres naturais. Por exemplo, o número de nascimentos é produto da taxa de fecundidade e do tamanho e da estrutura da população em idades reprodutivas. A rigor, o tamanho e a estrutura já foram determinados há algumas décadas, isto é, pelos padrões e níveis de fecundidade (e de sobrevivência) que prevaleciam quando as pessoas que estão hoje nas idades reprodutivas nasceram.

Essa dinâmica interconectada dos processos demográficos, aliada ao estudo das semelhanças e diferenciações nas trajetórias observadas na experiência internacional, tanto de países desenvolvidos como não desenvolvidos, imprime uma confiabilidade maior à projeção de processos demográficos do que é possível em relação aos esforços de previsão da grande maioria dos processos sociais. Por outro lado, conforme será visto a seguir, essas mudanças demográficas em curso têm enorme significado para a agenda social.

Entretanto, é curioso observar que a contundência dos resultados de estudos voltados para a queda da fecundidade brasileira — dos quais este trabalho faz parte — não tem se refletido nas reflexões sobre política social. É raro encontrar nos documentos oficiais qualquer referência à nova dinâmica demográfica brasileira, da qual emergem novos problemas a serem enfrentados, mas que também cria condições favoráveis à superação de outros velhos problemas. Ainda está presente, na opinião pública e na concepção de boa parte dos planejadores, e implícita na maioria dos planos e projetos, a visão de uma população extremamente jovem, de distribuição etária constante, crescendo a taxas em torno de 3% ao ano.

Desconhecer a nova realidade implica perder a oportunidade de beneficiar a população mais carente do país, tirando proveito das condições favoráveis geradas pelo novo padrão demográfico e de se preparar para enfrentar alguns problemas que necessariamente advirão no médio e longo prazos.

A afirmação de que a queda da fecundidade abre brechas para uma atuação mais eficiente da sociedade e do Estado sobre alguns velhos problemas sociais não deve ser confundida com uma postura neomalthusiana ingênua. A simples redução da fecundidade e a conseqüente diminuição relativa do número de pessoas não promovem, de forma automática, a resolução dos graves problemas sociais. Basta olhar, por exemplo, para o problema do menor carente, da delinqüência infantil e dos esquadrões de extermínio de crianças nas grandes cidades; apesar

---

da expressiva queda da fecundidade das últimas décadas, não há indícios de que qualquer um destes problemas esteja sendo resolvido. O que se pretende afirmar aqui é que, se houver vontade política efetiva, definição de prioridades e real implementação dos programas, a redução relativa ou até absoluta das populações-meta a serem atingidas pelas políticas sociais estabelece condições mais favoráveis.

Em um país com tantas carências sociais e marcado por grave e duradoura crise econômica, essas brechas não podem ser simplesmente ignoradas. Por outro lado, para maximizar a eficiência dos poucos recursos disponíveis, é necessário definir com maior precisão as populações-meta de distintas políticas, como também é preciso ser mais seletivo quando da definição das políticas públicas, priorizando-se os gastos naqueles setores que garantam maior retorno social no médio e longo prazos.

A seguir, examinam-se os impactos da queda da fecundidade e das mudanças na composição etária sobre a infância, a população escolar, a população em idades ativas e a população idosa. Pelas razões expostas na introdução deste trabalho, a discussão referente à população de 15 a 64 anos ultrapassa em muito a análise das mudanças na composição interna da categoria; dirige-se à própria interação entre a evolução do mercado de trabalho e os processos demográficos que atingem a categoria de pessoas em idade ativa.

## II. A POPULAÇÃO INFANTIL

As modificações na distribuição etária produzidas pela diminuição da fecundidade se refletem, primeiro, na população de recém-nascidos. À medida que a primeira coorte de recém-nascidos afetada pela queda vai crescendo, sendo substituída pelas subseqüentes, a base da pirâmide etária vai se estreitando, conforme os gráficos já mostrados anteriormente. Dependendo da interação entre a taxa de fecundidade e o tamanho da população de mulheres nas faixas etárias de maior reprodução, o número de crianças nascidas a cada ano pode ir diminuindo progressivamente até se estabilizar, ou mesmo sofrer uma redução absoluta. Isto ocorreu, por exemplo, na década de 80, quando o estrato abaixo de cinco anos teve um crescimento negativo de 0,2% ao ano.

Durante o período entre 1990 e 2020, a população infantil, definida aqui como aquela com menos de cinco anos, deverá crescer a uma taxa média baixíssima, de apenas 0,2% a.a. No entanto, essa taxa média para o período de 30 anos mascara oscilações de um subperíodo a outro; a taxa será positiva na década de noventa (0,9%), negativa na primeira década do próximo século (-0,6%) e ligeiramente positiva na segunda (0,3%). Tal comportamento se deve ao efeito combinado de mudanças no nível e estrutura da fecundidade com modificações no perfil etário das mulheres em idade reprodutiva.

O que significam essas tendências em termos da dimensão da demanda social proveniente da população infantil? O fato central é que, no ano 2020, o número de crianças abaixo de cinco anos será, provavelmente, apenas 6% maior do que em 1990. Se tivesse sido mantido o mesmo ritmo médio de crescimento observado entre 1940 e 1970, o aumento seria de 114% entre 1990 e 2020. Em termos absolutos, o número de crianças abaixo de cinco anos em 2020 será de, aproximadamente, 17 milhões. Tendo em vista que havia 16 milhões de crianças nessa faixa etária em 1990, isto significa que o país terá 30 anos para reajustar seus serviços à demanda adicional de um milhão de crianças. Para colocar isto em perspectiva, basta ver que se a população abaixo de cinco anos crescesse, entre 1990 e 2020, à mesma taxa média observada entre 1940 e 1970, o aumento absoluto no período seria de 18,4 milhões.<sup>24</sup>

Um contingente de 16 a 17 milhões de crianças pequenas, conforme deverá ser encontrado no Brasil durante as próximas décadas, não é, em absoluto, desprezível. Representa um número maior do que a população total de muitos países. Grande parte dessas crianças vive em condições difíceis ou subumanas. As taxas relativamente elevadas de mortalidade infantil — em comparação com aquelas observadas até em países que têm uma renda *per capita* significati-

---

<sup>24</sup> Esta é uma estimativa que erra, significativamente, o número de crianças que haveria em 2020, caso não tivesse ocorrido o declínio de fecundidade. O total de crianças enumeradas em 1990 já incorpora o efeito do enorme declínio da fecundidade entre o final dos anos 60 e 1990.

---

vamente mais baixa — constituem apenas um dos indicadores das deficiências do atendimento às necessidades da infância no Brasil. A estabilização do número de crianças nessa faixa etária proporciona um espaço para redefinir melhor as prioridades, os programas e os mecanismos de implementação dos esforços visando atenuar essa situação caótica.

De alguma forma, a redução da fecundidade já teve *per se* um impacto importante sobre pelo menos um dos aspectos mais nefastos da situação da infância brasileira — a desnutrição. Os resultados de uma pesquisa nacional sobre saúde e nutrição (PNSN), realizada em 1989, indicavam uma significativa melhoria nas condições de nutrição das crianças brasileiras em todas as regiões do Brasil. Dado o contexto sócio-econômico em que foi realizada a pesquisa, ou seja, numa conjuntura de crise duradoura, de redução da produção de alimentos básicos e de escassez de recursos para a área social, imaginava-se que a situação de nutrição da população infantil teria deteriorado significativamente desde a última pesquisa nacional (Endef), realizada em 1975. Entretanto, os resultados da PNSN desmentiram essa expectativa, mostrando claramente uma redução na prevalência da desnutrição, tanto das suas formas leves, como das formas moderadas e graves.<sup>25</sup>

Na tentativa de explicar esses achados inesperados, os pesquisadores identificaram vários fatores, entre os quais a melhoria de saneamento básico e a queda da fecundidade. Assim, postulavam que "entre as transformações que teriam afetado as condições nutricionais nas famílias de baixa renda foi a forte queda da fecundidade que ocorreu durante o período" (isto é, 1975-89). Essa redução deve ter influenciado a situação nutricional via aumento da renda familiar *per capita*.<sup>26</sup>

Seria importante começar a pesquisar de que outras formas — positivas ou mesmo, eventualmente, negativas — a redução da fecundidade afetou a infância. Mas, além de tais efeitos inerentes à redução da fecundidade, existe um campo enorme para o aprimoramento de políticas públicas diretamente voltadas à infância, como as de saúde, alimentação e de apoio às crianças. Tais esforços poderiam contribuir muito para o salto qualitativo das novas gerações, o que encontra condições propícias do lado da demanda.

Existe uma área específica de política social que mereceria uma atenção urgente por parte das políticas públicas no setor social — as creches. Conforme poderá ser constatado na seção sobre a população em idade ativa, a seguir, a participação das mulheres no mercado de trabalho vem crescendo rapidamente em função de vários processos. Sejam quais forem os motivos, o fato é que, em todas as regiões do país, e particularmente nas suas áreas urbanas, legiões de crianças são trancafiadas em suas casas diariamente por horas a fio. As conseqüências traumatizantes dessas experiências de abandono, de sofrimento e de carências para as gerações futuras constituem um prejuízo incalculável para o país. O momento, portanto, é de redefinição e de reorientação, em caráter de urgência, dos programas voltados para esta questão.<sup>27</sup>

### III. A POPULAÇÃO EM IDADE ESCOLAR

Os anos 90 são de crucial importância para a definição e implementação de um novo modelo educacional no Brasil. Conforme demonstrado a seguir, o Brasil deverá presenciar, nesta década, uma redução significativa no tamanho absoluto da população demandante de ensino de 1º grau. A queda de demanda será dada principalmente pelo declínio do número absoluto de crianças ingressando no 1º grau, pois o número de crianças abaixo de cinco anos, em 1990, era menor do que aquele entre cinco e dez anos. Além disso, não há previsão de que a população escolar volte a crescer de forma duradoura no futuro, embora possam ser antecipadas algumas oscilações em torno do tamanho atual. Sob essa ótica, a transição demográfica está proporcionando um momento de trégua que precisa ser aproveitado pelos planejadores educacionais.

---

<sup>25</sup> Ver INAN (1990).

<sup>26</sup> Ver INAN (op. cit., p. 20).

<sup>27</sup> Com o crescimento expressivo da participação feminina na força de trabalho, conforme discussão a seguir, políticas nesta área tornam-se cada vez mais relevantes.

---

*Grosso modo*, a população de 5 a 14 anos constitui aquela que deveria ser, obrigatoriamente, coberta pelo sistema escolar. Conseqüentemente, podemos considerar que a evolução dessa faixa etária representa um indicador bastante acurado da demanda educacional. Nesse sentido, é interessante observar que, durante o período 1940 e 1970, a taxa média anual de crescimento da população de 5 a 14 anos se situou em torno de 2,8% ao ano. Isto proporcionou um aumento de mais de 14 milhões de crianças em idade escolar, num período de 30 anos. Nessas circunstâncias, não é de se estranhar que a maioria dos esforços de planejamento educacional durante esse período fosse voltado para a expansão da base física do sistema educacional; a disponibilidade de escolas, de livros, de professores e de materiais escolares precisou ser aumentada a um ritmo muito veloz, apenas para manter o mesmo nível educacional, bastante deficiente.

A partir de 1970, os efeitos do descenso da fecundidade já começaram a se fazer sentir no ritmo de crescimento da população escolar, que caiu para 1,6% a.a. Mesmo assim, a população em idade escolar apresentou um aumento de 3,7 milhões durante a década de 70. Apesar da aceleração da queda da fecundidade, a taxa de crescimento da população escolar observada entre 1980 e 1990 se manteve em torno de 1,6% a.a., proporcionando um aumento absoluto de cinco milhões de crianças nessa faixa etária. Mais uma vez, a aparente discrepância entre a redução da taxa de fecundidade e o ritmo de crescimento da população em idade escolar se deve à inércia da dinâmica demográfica; no caso, a população em idade reprodutiva nasceu em uma época de crescimento rápido e, portanto, representa um contingente numeroso que, mesmo com uma taxa reduzida de fecundidade, acabou gerando esse aumento de cinco milhões.

Entre 1990 e 2020, porém, a taxa média deverá finalmente sofrer enorme queda, atingindo um valor praticamente nulo. No entanto, haverá oscilações no período, com taxas variando entre 0,5% (2000-2010) e -0,4% (1990-2000). Conseqüentemente, a população escolar deverá ter, no ano 2000, 1,3 milhão de crianças a menos do que em 1990. Ou seja, em vez de ter que lidar com um contingente adicional de mais de cinco milhões de crianças, como na década de 80, o sistema escolar agora vai ter uma redução absoluta, pela primeira vez na história moderna, de 1,3 milhão. Também não há que se preocupar com um recrudescimento eventual do crescimento da população em idade escolar, pois, no futuro previsível, ela terá apenas oscilações em torno da atual ordem de magnitude. Isto é, espera-se que, no ano 2010, a população em idade escolar volte a ter o mesmo tamanho que tinha em 1990, enquanto o seu tamanho, em 2020, voltará a ser o mesmo, em termos quantitativos, que era no ano 2000.

Para entender o significado dessas alterações na trajetória da população escolar, é muito importante avaliar o que teria acontecido se a fecundidade não tivesse caído. Caso se mantivesse, entre 1990 e 2020, a mesma taxa média anual de crescimento da população escolar observada entre 1940 e 1970, ela atingiria, no ano 2020, 77,8 milhões. Ou seja, sem queda de fecundidade, o país teria que atender a mais 45,1 milhões de jovens;<sup>28</sup> isto representaria um contingente extra correspondente a 138% do tamanho real da população escolar no ano 2020 (32,7 milhões).

Esta tendência nacional à estabilização do tamanho da população em idade escolar esconde, como era de se esperar, fortes diferenças regionais. Não temos condições, neste trabalho, de especificar essas variações. Diferenças significativas nos padrões de fecundidade e de migração dificultam muito a projeção da população escolar para localidades menores, particularmente para o período além do ano 2000. De qualquer forma, vale mencionar que vários estados já estão experimentando uma redução *absoluta* na sua população escolar. Esse tipo de fenômeno não é imediatamente compreendido pelos planejadores, acostumados a lidar permanentemente com altas taxas de crescimento e com grandes demandas reprimidas.

Em suma, é óbvio que a sociedade brasileira está tendo uma grande oportunidade para redefinir sua atuação na área educacional.<sup>29</sup> Deficiências crônicas no ensino de 1º grau no país, tais como cobertura insatisfatória, altíssimas taxas de evasão e repetência, baixa qualidade, baixa remuneração e baixa qualificação do corpo docente, têm agora uma oportunidade ímpar para serem sanadas. Com a devida defasagem temporal, a mesma tendência da demanda será dada

---

<sup>28</sup> Cabe aqui a mesma observação da nota 24.

<sup>29</sup> A respeito dos impactos do crescimento demográfico sobre a demanda escolar, ver Jones (1975).

---

em relação ao ensino de 2º grau. Portanto, qualquer tentativa de redefinir prioridades para a área educacional deverá forçosamente se pautar pelas transformações demográficas recentes. Ignorá-las constitui uma leviandade com os recursos públicos e com o futuro da nação.

É verdade que o novo modelo educacional terá de ser flexível e diferenciado espacialmente. Deverá estar atento às oscilações que necessariamente ocorrerão do lado da demanda, que apresentará taxas de crescimento tanto positivas quanto negativas, no país como um todo. No nível estadual, ainda existem diferenças significativas no ritmo de crescimento da população escolar, tanto em função de diferenciais no estágio da transição demográfica, como de padrões migratórios. A nível local, será ainda mais imprescindível acompanhar continuamente a demanda, pois as migrações exercerão papel importante na sua evolução, podendo exacerbar ou atenuar as oscilações de curto prazo.

As mudanças demográficas sugerem que a política educacional deveria encaminhar-se na direção da melhoria da qualidade do ensino, uma vez que diminuirão os problemas gerados pela pressão quantitativa do lado da demanda. Trata-se de uma situação extremamente favorável para se superar um dos maiores problemas da sociedade brasileira, razão pela qual deve-se advogar ampliação dos investimentos na área, ao invés de diminuí-los em razão do arrefecimento da demanda e da crise do Estado.

#### **IV. A POPULAÇÃO EM IDADE ATIVA E O MERCADO DE TRABALHO**

A queda da fecundidade ainda não se refletiu decisivamente na dinâmica da população em idade ativa. Devido à heterogeneidade do grupo, abrangendo gerações nascidas antes e depois do início da queda da fecundidade, os impactos desse descenso, na forma de declínios absolutos e relativos na população em idade ativa (PIA), só começarão a ser observados definitivamente a partir do ano 2000. É verdade que já se constata um declínio no ritmo de crescimento desse grupo, devido ao arrefecimento do ritmo de ingresso das idades mais jovens. Entretanto, esse declínio é irregular, devido à influência da inércia demográfica já descrita em capítulos anteriores. Assim, a evolução da população em idade ativa ainda é pautada, em parte, pelos padrões de fecundidade elevada que predominaram até quase 1970.

Antes de entrar na análise das interações entre processos demográficos e econômicos na configuração do mercado de trabalho, é preciso fazer uma advertência de caráter metodológico. Nos dados oficiais sobre emprego, ocupação e mercado de trabalho, a população-base para o cálculo de níveis e taxas é definida como toda a população de dez anos e mais; em particular, as PNAD's, utilizadas como fonte básica de informações em partes deste capítulo, utilizam esse denominador. Entretanto, para efeitos de avaliar as relações entre mercado de trabalho e evolução do perfil demográfico, a população em idade ativa é definida aqui como a de 15 a 64 anos. Desta forma, o leitor precisa ficar atento para as aparentes discrepâncias que a utilização de duas definições diferentes podem causar.

Na década de 70, a PIA (aqui definida como a população de 15 a 64 anos) apresentou uma expansão de 17,7 milhões de pessoas; na década de 80, o aumento foi de 18,8 milhões. Conforme pode ser observado na Tabela 10, espera-se que essa PIA sofra um acréscimo bastante substancial de 22,9 milhões na década de 90. Mantida a taxa de participação global observada em 1990 para a população de 15 a 64 anos (63,5%), haveria um aumento de quase 14,5 milhões de pessoas na força de trabalho na década de 90. Como a taxa de participação global deve, na realidade, subir durante a década de 90, podemos concluir que, apesar das dificuldades pelas quais passa a economia brasileira, ela será obrigada a criar mais de 1,4 milhão de novas ocupações por ano na década de 90, apenas para manter o quadro ocupacional vigente.

TABELA 10  
**Brasil: Estimativas Demográficas  
e Ocupacionais (em milhares)**

Mercado de Trabalho	1972	1979-1981	1985	1990
<b>Pop. Total</b>	<b>98.255</b>	<b>119.003</b>	<b>131.138</b>	<b>142.717</b>
Urbana	57.583	80.437	94.649	106.995
Rural	40.672	38.566	36.489	35.722
<b>Pop. 10+</b>	<b>70.074</b>	<b>87.811</b>	<b>98.265</b>	<b>109.585</b>
Urbana	42.553	61.058	73.370	84.745
Rural	27.521	26.753	24.895	24.840
<b>PEA</b>	<b>36.956</b>	<b>47.000</b>	<b>55.028</b>	<b>62.025</b>
Urbana	20.672	31.533	40.060	47.203
Rural	16.284	15.467	14.968	14.822
<b>Ocupação</b>	<b>35.825</b>	<b>45.342</b>	<b>53.173</b>	<b>59.749</b>
Agrícola	15.626	14.559	14.784	12.335
Não-agric.	20.199	30.783	38.389	47.414
Desemprego	1.131	1.658	1.855	2.276
<b>Ocupação Setorial</b>				
<b>Total</b>	<b>35.825</b>	<b>45.342</b>	<b>53.173</b>	<b>59.749</b>
Primário	15.626	14.559	14.784	12.335
Secundário	6.429	10.799	11.886	13.945
Terciário	13.770	19.984	26.503	33.469
- Comércio	3.030	4.452	5.872	7.891
- Setor Público	1.238	1.692	2.372	3.084
<b>Emp.c/Carteira de Trabalho Assinada</b>				
	<b>1979-1981</b>	<b>1985</b>	<b>1990</b>	
<b>Total</b>	<b>18.661</b>	<b>19.241</b>	<b>22.836</b>	
Primário	684	1.017	1.130	
Secundário	7.245	7.469	8.400	
Terciário	8.732	10.755	13.306	
- Comércio	1.927	2.306	3.008	
- Setor Público	845	1.209	1.410	
<b>Outros Ocupados</b>				
<b>Total</b>	<b>28.681</b>	<b>33.832</b>	<b>3.6913</b>	
Primário	13.875	13.767	11.205	
Secundário	3.554	4.417	5.545	
Terciário	11.252	15.748	20.163	
- Comércio	2.525	3.566	4.883	
- Setor Público	847	1.174	1.674	

Fonte: IBGE/PNAD (vários anos), apud Alfonso Rodrigues Arias.

As perspectivas para a absorção do contingente crescente de mão-de-obra potencial no mercado de trabalho são moldadas pela confluência de diversos fatores que, evidentemente, fogem da alçada limitada dos fatores demográficos. Entretanto, o ritmo e a forma de absorção da população em idades ativas são de importância fundamental para a determinação dos rumos da questão social. Conseqüentemente, a discussão que segue aborda essa questão sob uma ótica

---

bem mais ampla do que aquela feita com relação às outras categorias etárias; mais especificamente, analisa-se o comportamento do mercado de trabalho na década de 80 e sua interação com processos demográficos com vistas a uma melhor compreensão do que poderá ocorrer nessa área nevrálgica nos próximos anos. Este segmento também utiliza outras fontes de dados além do Censo Demográfico, notadamente a PNAD e a RAIS.

## 1. A Evolução da Economia na Década de 80: uma breve síntese

Para entender a evolução recente do mercado de trabalho é necessário começar com uma visão geral do seu principal determinante, qual seja, a evolução da atividade econômica. Sem dúvida, o aspecto mais marcante a ser destacado, nesse sentido, é a crise prolongada que assola o país desde o início da década de 80. Em contraste com o excelente desempenho da economia nos anos 70, quando o PIB real expandiu-se à razão de 8,6% a.a., o comportamento econômico dos anos 80 mostrou um crescimento real do PIB de apenas 1,5% a.a. Isto provocou a diminuição do produto por habitante, à razão de 0,4% a.a.

O empobrecimento da população brasileira, entretanto, processou-se de formas diferenciadas em distintos momentos. Uma acentuada retração das atividades econômicas ocorreu no triênio 1980-83, quando o crescente processo inflacionário e a elevação da dívida externa, com o conseqüente comprometimento de maiores recursos para seu serviço, foram enfrentados com cortes nos investimentos, subsídios e crédito, reforçados por severas políticas salariais e de controle do gasto público. A aplicação dessas políticas recessivas traduziu-se numa queda do PIB real no triênio de 7,3%, afetando principalmente as atividades industriais (-15,8%), a construção civil (-20,8%) e o comércio (-9,6%).

A partir do segundo semestre de 1984, observaram-se sinais de retomada do crescimento econômico. Favorecido pela melhora da economia mundial e uma maior autonomia em relação aos insumos externos, notadamente petróleo, máquinas e equipamentos, o país passou a obter elevados superávits na balança comercial. Estes serviram para cumprir os compromissos externos, sem ter que recorrer a novos empréstimos. Mais livre das imposições da banca internacional, o governo passou a praticar políticas de expansão econômica como forma de garantir a melhora nas condições de vida da população.

Essa opção pelo crescimento econômico traduziu-se no aumento do PIB real em 5,3% em 1984, 7,9% em 1985 e 7,6% em 1986, configurando o período de melhor desempenho da economia na década. As indústrias de transformação e construção foram os setores que lideraram esse acelerado processo de recuperação econômica, com crescimento do PIB real de 8,6% e 8,2% a.a, respectivamente. Em contrapartida, houve um processo de inflação crescente, acompanhado de um acentuado aumento do déficit público, que sucessivos choques econômicos tentaram superar.

O triênio 1987-89 foi marcado pela incerteza e pela desconfiança dos agentes produtivos em relação ao êxito das políticas antiinflacionárias, definindo uma situação interna pouco favorável para o investimento produtivo. A despeito da melhora das exportações e da continuação dos esforços de geração de maiores superávits comerciais, o país mergulhou na estagflação, com o PIB real crescendo em apenas 2,2% a.a., enquanto o aumento da inflação anual saltava de uma média de 150%, no triênio 1984-86, para 600% a.a., entre 1987 e 1989. Mais uma vez, o setor secundário e o comércio foram os mais prejudicados.

O quadro de hiperinflação vigente antes da posse da nova administração, em março de 1990, levou à decretação do mais drástico choque recessivo na economia, ao impor o confisco de dois terços dos haveres financeiros e o congelamento de preços e salários, entre outras medidas, provocando a quase total paralisação produtiva nos dois meses seguintes. A partir daí, a liberação dos depósitos, o descongelamento de preços e os acordos informais para a recomposição dos salários chegaram a ativar a produção e as vendas no trimestre julho-setembro. O novo surto inflacionário trouxe de volta a incerteza, a especulação e as expectativas de novo choque, que inibiram as atividades produtivas, definindo uma queda do PIB real em 1990 de 4,4%. A indústria de transformação foi a mais afetada (-9,5%), seguida de perto pela construção civil (-8,3%).

---

Em suma, a economia brasileira mostrou um desempenho pouco auspicioso para a geração de empregos e para a melhora dos rendimentos do trabalho na década de 80. O crescimento econômico que houve, de fato, foi sustentado basicamente pelo setor terciário.

## 2. Panorama da Evolução do Mercado de Trabalho na Década de 80

Em que pese o fraco desempenho da economia, as estimativas da PEA (população economicamente ativa), obtidas da PNAD e ajustadas aos resultados do Censo Demográfico de 1991, mostram um crescimento da força de trabalho (nesse caso, a população de dez anos e mais), de 2,8% a.a no período 1980-90, superando amplamente a taxa anual de expansão da população em idade ativa, estimada em 2,2% a.a. Dessa forma, a taxa de participação global da população de dez anos e mais elevou-se de 53,5%, em 1979-81, a 56,0% em 1985, chegando a 56,6% em 1990. Esse é, sem dúvida, o resultado mais destacado da evolução ocupacional na década, já que, além de se processar em um contexto econômico pouco favorável à geração de novas oportunidades de emprego, ficou interrompida a estabilidade dessa participação observada na década anterior. O mercado de trabalho não somente conseguiu absorver o crescimento vegetativo daqueles que anualmente se incorporam à força de trabalho, mas também abriu espaço para outros contingentes, que anteriormente permaneciam na inatividade.

A decomposição dessa trajetória de participação crescente da PIA de dez anos e mais no mercado de trabalho, por área de residência, revela que foi no contexto urbano onde se criaram as condições mais favoráveis para o trabalho, com um ganho de mais de quatro pontos percentuais ao longo do decênio. Nas áreas rurais, onde as taxas de participação tinham sofrido uma queda nos anos 70, o comportamento foi oscilante na década de 80, com um aumento superior a dois pontos percentuais no primeiro quinquênio e um ligeiro declínio (0,4%) no segundo.<sup>30</sup> Enquanto a elevação da participação da PIA no campo não conseguiu compensar a diminuição da população rural apta para o trabalho, produzindo uma redução da força de trabalho (de 15,5 milhões de trabalhadores em 1979-81 para 14,8 milhões em 1990), nas áreas urbanas houve um aumento médio anual da força de trabalho equivalente a 1.570 pessoas.

Convém aqui salientar que, nessa expansão da taxa de participação e da PEA, coube às mulheres uma importante contribuição. De fato, elas foram responsáveis por 7,3 milhões dos 15,0 milhões de pessoas que se incorporaram ao mercado de trabalho no decênio. Trata-se de uma tendência irreversível em que, além da queda da fecundidade, concorrem outros fatores, discutidos a seguir. Essa maior participação feminina marca uma das mais importantes transformações estruturais no campo do trabalho e da geração de rendimentos.

Era de se esperar que o pouco dinamismo econômico e a baixa geração de emprego na década ocasionassem um agravamento do desemprego no país. Entretanto, os dados da PNAD mostram que as taxas de desemprego aberto foram ligeiramente mais elevadas nos momentos mais recessivos, 3,5% em 1981 e 3,7% em 1990, quando comparados com os 3,4% de 1985, o melhor ano da década. Dessa forma, nem a urbanização nem a maior pressão feminina por trabalho geraram acréscimos significativos de desocupação. Esse resultado, entretanto, exige uma análise mais aprofundada da evolução do segmento ocupado e dos problemas nela embutidos. O agravamento da situação laboral na década concentrou-se nesse segmento da PEA, adotando principalmente a forma de um forte aumento da informalidade e o crescimento das diversas formas de sub-ocupação.

O crescimento ocupacional ocorrido nos anos 80, equivalente a uma taxa de 2,8% a.a., capaz de proporcionar trabalho a mais de 14,4 milhões de pessoas, concentrou-se nas atividades terciárias. Foi mais intenso no primeiro quinquênio, mantendo, portanto, uma estreita correspondência com o padrão de evolução da economia na década. No entanto, o nível desse crescimento é surpreendente quando relacionado com o aumento do PIB

---

<sup>30</sup> Para uma discussão dos motivos da expansão da pequena produção no primeiro quinquênio da década de 80, ver Martine (1987).

---

real de apenas 1,5% a.a. e, sobretudo, quando comparado com as mesmas taxas da década anterior: 3,0% para a ocupação e 8,6% para o PIB real.

Não há dúvida de que a terceirização da economia favoreceu à incorporação maciça de vastos contingentes, principalmente de mulheres, ao mercado de trabalho. Do total de 14,4 milhões de novas ocupações geradas entre 1979-81 e 1990, as atividades do comércio e dos serviços responderam por 12,1 milhões, mostrando crescimento anual médio de 5,9% e 5,0%, respectivamente. Maior ainda foi a expansão ocupacional na administração pública com 6,2% a.a., embora, em termos absolutos, esse setor tenha absorvido 1,4 milhão de novos trabalhadores. Tais resultados teriam de ser analisados à luz do processo de descentralização ocorrido no país durante a década.

Essas elevadas taxas de crescimento ocupacional na administração pública superaram, de longe, aquelas correspondentes ao produto setorial, levando à conclusão de que houve uma expressiva queda de produtividade global, nesses setores, no decorrer da década. Isto, por sua vez, justificaria uma queda nos rendimentos médios dos ocupados nessas atividades.

No tocante à evolução ocupacional do setor secundário, a década mostrou uma insuficiência que pode ser associada ao baixo desempenho econômico da indústria de transformação e da construção civil. No total, criaram-se 3,1 milhões de novas ocupações, equivalentes a uma taxa de 2,6% a.a., evolução bem diferente da observada na década anterior, quando essa taxa chegou a 6,7% a.a. A insuficiência decorre do fato de que o crescimento das oportunidades de ocupação neste setor foi inferior ao crescimento da pressão vegetativa por trabalho, estimada em 3,3% nas áreas urbanas.

Mais interessante ainda, por reforçar uma tendência já observada nas décadas anteriores, foi o comportamento ocupacional no setor primário. Estimativas baseadas na PNAD, corrigida com os resultados do Censo Demográfico de 1991, sugerem que, no período 1979-81 a 1985, a ocupação agrícola teria se mantido estável em torno de 14,6 a 14,8 milhões de trabalhadores. Entretanto, no quinquênio seguinte, esse nível teria caído abruptamente até chegar a 12,3 milhões em 1990. A perda de mais de 2,0 milhões de trabalhadores agrícolas contrasta com o favorável comportamento da produção do setor, que permitiu a elevação do PIB real em 21,4% no período 1980-85 e 5,6% em 1986-90. Esses resultados revelam um grande ganho de produtividade do setor primário na década. Também interessante é que esse declínio ocupacional supera amplamente os 0,6 milhões a menos observados na PEA rural na década, situação que confirma outras evidências do forte avanço de outras atividades e ocupações, tradicionalmente não-agrícolas, no campo.

Sem embargo, esse quadro ocupacional, aparentemente tranquilizador em relação à geração de novas oportunidades de trabalho no decênio, deve ser examinado com mais detalhe para se conhecer melhor a qualidade dessas novas ocupações. A respeito, deve-se antecipar que há enormes discrepâncias entre as fontes de dados domiciliares e os correspondentes aos registros administrativos, a propósito do comportamento do emprego no setor formal da economia nos anos 80.

Os dados ocupacionais da PNAD mostram um inquestionável avanço das ocupações informais não-agrícolas frente às do setor organizado, com acréscimos globais de 5,7% e 4,4% a.a., respectivamente. Mesmo assim, do total de 16,6 milhões de novos trabalhadores incorporados às atividades não-agrícolas na década, 5,7 milhões o fizeram na condição de empregados com carteira de trabalho assinada, o que parece excepcional à luz do comportamento desfavorável da economia e, mais ainda, porque nessa conta não aparecem os estatutários. A mesma fonte revela que esse segmento formal expandiu-se enormemente nas atividades terciárias (4,3% a.a.), sem observar variações entre o primeiro e segundo quinquênio. Bem mais modesto foi o crescimento desse segmento no setor secundário (1,5% a.a.).

Os mesmos setores tiveram crescimento das ocupações "informais" de 6,0% e 4,6% a.a., respectivamente. Esse panorama ocupacional favorável é objeto de contestação através do painel da RAIS, que, em maior sintonia com o comportamento da economia antes co-

---

mentado, indica que, no período 1980-88, teriam sido criados apenas 2,1 milhões de novos empregos, dos quais 1,8 milhão corresponde à administração pública, seja por contratos na condição de celetistas ou estatutários. De acordo com essa fonte, o comércio e a construção civil, justamente as atividades que outorgam os menores salários aos trabalhadores, teriam sofrido redução dos níveis de emprego da ordem de 0,3 e 0,5 milhão, ao longo desses oito anos. Sob essa segunda hipótese, a queda de produtividade não teria afetado o setor organizado da economia, sendo resultado exclusivo do inchaço ocupacional ocorrido no segmento informal e no serviço público.

De qualquer modo, o certo é que o segmento informal foi o grande responsável pelo crescimento da PEA, incorporando grandes contingentes da PIA que, de outra forma, provavelmente teriam ficado na inatividade ou alongariam as fileiras do desemprego. No entanto, é preciso reconhecer que, por trás dessa tendência do mercado de trabalho, escondem-se a deterioração qualitativa do quadro ocupacional, a instabilidade dos proventos do trabalho e o comprometimento das finanças públicas.

Mais preocupante, ainda, é a incerteza de que essa informalidade possa continuar sendo a salvadora da situação social; e, mais recentemente, existem sinais claros de queda no ritmo de crescimento ocupacional e dos rendimentos desse segmento. Essa menor expansão de trabalhos informais pode explicar o aumento das taxas de desemprego no período 1991-93.

Completando este relato sintético sobre a evolução do mercado de trabalho nos anos 80, cabe examinar o comportamento dos rendimentos. Os dados de rendimento médio real da PNAD a preços de setembro de 1990, valendo-se do INPC, revelam oscilações estreitamente associadas às conjunturas recessivas ou expansionistas na economia. Os índices mais baixos desse rendimento situam-se no biênio 1983-84, quando as perdas reais flutuaram de 15% e 18%, entre as diversas categorias de trabalhadores, em relação a 1981. Com o Plano Cruzado, todos os trabalhadores passaram a ter enormes ganhos reais, atingindo, na média, 40% para o conjunto dos ocupados; enquanto isso, os empregados com carteira de trabalho foram os mais prejudicados, com ganhos de apenas 14% em relação a 1981. A partir desse ano, há um declínio importante dos rendimentos reais, fechando em 1990 com um saldo real, na década, de apenas 2,5% para o total dos ocupados e perdas de mais de 15% no segmento formal.

Desse modo, o avanço da informalidade não implicou a deterioração dos rendimentos. Esse segmento ocupacional, pelo contrário, conseguiu retribuições monetárias que, pelo fato de não estarem reguladas por decreto como os salários, superaram os próprios índices de inflação, servindo de alavanca para atrair maiores contingentes de trabalhadores. Os dados do painel RAIS, corrigidos até 1988, apresentam um quadro ainda mais desfavorável para os empregados com carteira de trabalho; estes teriam perdido 8,2% de seu salário real entre 1981 e 1988, ao passo que a PNAD exibe uma perfeita igualdade do poder de compra dos salários no mesmo período.

Em resumo, e apesar das discrepâncias evidenciadas na RAIS, pode-se dizer que a década de 80 mostrou um quadro ocupacional e de rendimentos bem acima do que se poderia esperar para um período rotulado de "perdido", do ponto de vista econômico. Um dos principais responsáveis por essa situação foi o comportamento do setor informal.

### **3. Os Processos Demográficos e o Mercado de Trabalho na Década de 80**

Três processos demográficos importantes incidiram de forma relevante sobre a evolução do componente de oferta de mão-de-obra na década. Em primeiro lugar, houve a continuação da trajetória de queda generalizada da fecundidade, já descrita detalhadamente. Esta ocasionou uma significativa, embora ainda irregular, redução da taxa de crescimento da PIA, proporcionando uma estabilização nos acréscimos anuais de população em idade de trabalhar; em suma, portanto, a queda da fecundidade ajudou a abrandar a pressão por trabalho. Mas, talvez, o efeito mais importante da queda da fecundidade tenha sido o de contribuir para o aumento expressivo da participação feminina no mercado de trabalho na década, conforme será discutido mais adiante.

---

Em segundo lugar, houve uma redução significativa no ritmo de crescimento da população urbana em relação à década anterior, que passou de 4,4% a.a. para 3,1% a.a. na população total e de 4,8% para 3,3% na população em idade ativa.<sup>31</sup> Enquanto isso, a trajetória da população rural continuou declinante, conforme já observado na década anterior. A menor intensidade de crescimento da população urbana em idade de trabalhar também deve ter contribuído para evitar a vigência de taxas de desemprego mais elevadas no decênio. De outro lado, a maior presença relativa de população urbana representa, por si, uma situação favorável no tocante à evolução dos rendimentos médios, em virtude do grande diferencial de taxas salariais vigentes entre ambas as áreas.

Terceiro, o crescimento diferencial das várias regiões correspondeu aos respectivos ritmos de expansão da atividade econômica. Ou seja, observou-se um crescimento populacional mais intenso nas regiões Norte e Centro-Oeste, acompanhando o maior desenvolvimento dessas áreas, com a conseqüente ampliação das oportunidades ocupacionais, notadamente no âmbito público.

No cômputo geral, portanto, é válido afirmar que, de maneiras diferentes e combinadas, a evolução do componente demográfico na década contribuiu positivamente para a dinâmica do mercado de trabalho durante a década de 80.

#### 4. O Comportamento do Mercado de Trabalho para os Principais Setores Demográficos

A análise mais minuciosa dos dados da PNAD, ajustados através do censo demográfico, deixa em evidência um acentuado e ininterrupto crescimento da participação feminina no mercado de trabalho. Isto foi favorecido por uma combinação de fatores simultâneos.

Entre os determinantes mais diretos da participação incrementada da população feminina no mercado de trabalho encontram-se: a modernização e urbanização e as conseqüentes mudanças culturais; a terceirização da economia; a elevação do nível educacional (acima do correspondente aos homens, apesar dos salários médios significativamente menores àqueles); os impactos da queda da fecundidade, liberando mais mulheres, durante mais tempo, dos afazeres domésticos e da criação dos filhos; o empobrecimento decorrente da crise e a conseqüente necessidade de complementação das rendas familiares; e o crescimento de unidades familiares matrilineares.

Como resultado de tais fatores, as taxas de participação feminina — na população de dez anos e mais — cresceram de 32,9% em 1980 para 36,8% em 1985 e para 39,1% em 1990. Essa evolução contrasta com as taxas masculinas que ficaram praticamente estáveis entre 74,8% em 1980 e 75,1% em 1985 e 1990. Desse modo, os acréscimos na força de trabalho na década, que no total chegaram a 15,0 milhões de pessoas, dividiram-se quase por igual entre ambos os sexos.

No entanto, é importante frisar que, no grupo etário mais jovem (10 a 19 anos), observou-se um significativo declínio da participação na segunda metade da década, que acabou definindo uma redução da taxa em 1,4 pontos percentuais entre os homens e 0,3 pontos entre as mulheres no decênio. Para esse resultado positivo contribuiu a ampliação das oportunidades educacionais, permitindo um avanço no cumprimento da obrigatoriedade da educação até os 14 anos e a limitação do espaço de trabalho do menor no campo, em função do crescente processo de proletarização das relações de trabalho.

Ainda a respeito da evolução das taxas de participação, cabe destacar que todas as regiões mostraram ganhos ao longo da década, sendo sempre mais expressivos no primeiro quinquênio, particularmente nas regiões Nordeste e Sudeste, embora permanecessem estáveis nessas regiões a partir de 1985.

---

<sup>31</sup> Observe-se que a definição de "urbano" utilizada aqui se refere à definição oficial do censo, isto é, à população residente em localidades-sedes de municípios e distritos.

---

No que tange à evolução das taxas de desemprego aberto, observou-se um comportamento bem diferente entre ambos os sexos. No caso dos homens, houve um aumento de 3,5% para 3,7% entre os anos extremos da década, embora em 1985 a taxa fosse de apenas 3,2%. Entre as mulheres, a taxa de desemprego caiu de 3,6% em 1981 para 3,4% em 1990, sendo que, na metade da década, chegou a 3,8%. Dessa forma, a maior incorporação da mulher ao mercado de trabalho não redundou em aumentos no desemprego, exceto, paradoxalmente, no momento em que o mercado de trabalho tornou-se mais favorável. Por outra parte, a década mostrou uma queda importante na taxa de desemprego no grupo etário mais jovem (6,8% em 1981 e 6,1% em 1990), aumento no grupo intermediário e entre os mais velhos. Assim, a menor presença relativa de crianças e adolescentes no mercado de trabalho representou uma significativa contribuição à estabilidade global da taxa de desemprego no decênio. No plano regional, o destaque ficou por conta do Sudeste, onde a taxa de desemprego teve uma sistemática queda de 5,4% a 4,2% entre os anos 1981 e 1990.

Quanto ao trabalho protegido pela legislação trabalhista, observaram-se avanços e recuos entre os diferentes grupos etários. Os ganhos de cobertura do emprego formal, existentes no conjunto da ocupação agrícola e não-agrícola, beneficiaram os grupos de idade mais jovem e os mais velhos (20,8% a 22,9% e 29,9% a 31,9%, entre 1981 e 1990). No grupo intermediário, houve um maior crescimento da informalidade (52,7% a 53,0%, respectivamente). Por outra parte, ambos os sexos tiveram um crescimento do emprego formal, sendo que os ganhos de cobertura foram mais favoráveis para o sexo feminino (35,2% para 36,9%) que para o masculino (37,4% para 38,9%). Apesar disso, a porcentagem de trabalhadores com carteira de trabalho assinada continua sendo mais elevada entre os homens, no fim da década.

Por último, é importante salientar que, embora se mantivessem diferenciais salariais significativos por sexo em favor dos homens, a evolução do rendimento médio real dos ocupados foi bem mais favorável para as mulheres. Conseguiram ganhos reais de 16,1% entre 1981 e 1990, ao passo que os homens alcançaram ganhos de apenas 2,1%. Dessa forma, houve uma melhoria razoável na relação entre os salários médios das mulheres e dos homens, que passou de 50,6% para 57,6% entre o início e o fim do decênio.

## **5. Perspectivas para o Mercado de Trabalho**

A tentativa de projetar as perspectivas do mercado de trabalho brasileiro é extremamente arriscada, dada a quantidade de variáveis imprevisíveis e incontroláveis que vão incidir sobre a trajetória de emprego e da participação. A título de iniciar uma discussão, podemos destacar alguns elementos que merecem ser considerados, particularmente no que se refere à década de 90.

A lição principal que pode ser extraída da análise da década de 80 é que a evolução do mercado de trabalho, nessa década, definiu-se muito mais em função das condicionantes da oferta de trabalho, do que da concordância com as oportunidades de emprego existentes. O forte crescimento ocupacional, acompanhado de um aumento não explosivo de desemprego e ganhos reais nos rendimentos, ainda que pouco expressivos, podem ser atribuídos, em boa medida, ao aumento da pressão demográfica por trabalho. Essa pressão acabou provocando a expansão de ocupações informais ao não encontrar uma geração satisfatória de empregos e salários, principalmente por parte da iniciativa privada.

Existem sinais de que esse quadro pode deteriorar, se não houver uma retomada de crescimento. Conforme salientado anteriormente, dois setores cruciais na absorção de mão-de-obra na década de 80 — a administração pública e o setor informal — apresentaram sinais de estagnação na sua capacidade de absorver novos contingentes. Esforços de ajuste fiscal, que parecem inevitáveis na atual conjuntura, vão contribuir para essa deterioração.

Do ponto de vista demográfico, o processo de urbanização vai continuar, assim como o aumento da participação da população feminina. Finalmente, a população de 15-49 anos deverá aumentar em 22,9 milhões na década de 90, sendo beneficiada pela redução da

---

fecundidade apenas na primeira década do século XXI, quando terá um crescimento de "apenas" 19 milhões.

## V. A EVOLUÇÃO DA DEMANDA SOCIAL POR PARTE DOS IDOSOS

Os contrastes nos ritmos de crescimento de diferentes segmentos populacionais se tomam mais nítidos quando se examina a população idosa. A conjugação de uma crescente longevidade com os efeitos retardados de altos níveis de fecundidade no passado fazem com que, no curto e médio prazos, os grupos de idade mais avançada tenham um crescimento muito acelerado. Assim, enquanto a população total brasileira aumentava à taxa de 1,9% a.a. na década de 80, o grupo de idosos (65 anos e mais) crescia a taxas de 3,9% a.a. No período entre 1990 e 2020, esse contingente deve aumentar a uma taxa média de cerca de 2,8% a.a., enquanto a população como um todo estará crescendo a apenas 1,3% a.a.

Esse ritmo elevado de crescimento nas idades mais avançadas se deve ao fato de que, até 2030, seus componentes continuarão sendo oriundos de gerações relativamente grandes, nascidas antes do início da queda da fecundidade, e que se beneficiaram do significativo declínio da mortalidade ocorrido no Brasil. Espera-se que, a partir de 2030, esse grupo também passe a crescer a taxas decrescentes, porque contará, cada vez mais, entre seus componentes, com pessoas de gerações nascidas após o declínio da fecundidade e, por isto mesmo, de tamanho relativamente menor.

No entanto, é crucial entender que, mesmo quando tiver uma menor taxa de crescimento, que poderá, inclusive, alcançar valores em torno de zero, a população idosa não terá seu peso relativo diminuído como proporção da população total. Ao contrário, essa proporção nas idades avançadas tende a crescer até se estabilizar em níveis relativamente elevados. Uma simulação, baseada no suposto de que o Brasil alcance, no quinquênio 2015-2020, funções de fecundidade e mortalidade que produzam uma taxa intrínseca de crescimento nula, indica que o país teria, por volta de 2050, 14,2% de sua população com 65 ou mais anos de idade; esta proporção se estabilizaria em torno de 15% na segunda metade do próximo século.

Para entender o significado do processo de envelhecimento, é muito importante salientar a sua velocidade. Em comparação com os países do Primeiro Mundo, esse envelhecimento deverá ser muito mais rápido. Isto se deve ao fato de que o envelhecimento da população é consequência, principalmente, do declínio da fecundidade. Como essa queda tem sido muito mais acelerada aqui do que nos países do Primeiro Mundo, o envelhecimento também se dará no Brasil em um prazo muito mais reduzido do que naqueles países.<sup>32</sup>

Na análise da evolução da demanda social por parte das pessoas idosas, é preciso levar em conta duas dimensões importantes:

- 1) o tamanho absoluto do grupo em questão e seu ritmo de crescimento, que se referem à dimensão da população que precisa ser atendida; e
- 2) seu tamanho relativo, principalmente em relação à população em idade de trabalhar. As pessoas idosas não se dedicam, de modo geral, a atividades produtivas e têm de ser assistidas, direta ou indiretamente, pela população que trabalha.

À luz desta colocação, é crucial entender que, entre 1990 e 2030, a população acima de 65 anos se constituirá, crescentemente, de gerações de pais que produziram o declínio da fecundidade no Brasil. Isto significa que será composta por pessoas com um número cada vez menor de filhos. O tradicional papel da família como provedora das necessidades tanto materiais quanto psicológicas dos idosos se tornará crescentemente mais débil. Ainda que não houvesse mudanças de valores em uma sociedade que, aparentemente, se toma cada vez menos solidária, o fato de haver um menor número de filhos diminuirá a probabilidade de que os pais idosos venham a ser assistidos por eles e aumentará significativamente a carga média, por filho, no caso de assistência aos pais.

---

<sup>32</sup> *Tal comparação está sendo desenvolvida por Moreira, M.M. em projeto de tese de doutorado no Cedeplar/UFMG.*

---

Um segundo ponto importante nesta discussão refere-se à razão de sexos entre as pessoas idosas. Devido à maior mortalidade masculina, já existia, antes da queda da fecundidade, um número significativamente maior de mulheres do que homens entre os idosos.<sup>33</sup> Com a queda da mortalidade, as pessoas de ambos os sexos estão vivendo mais e o "excedente" de mulheres em relação aos homens tende a aumentar mais ainda. Conseqüentemente, o número absoluto de viúvas<sup>34</sup> e separadas, mais indefesas diante das dificuldades da vida e, principalmente, da idade, deverá aumentar significativamente.

## 1. O Atendimento à Saúde dos Idosos

O perfil de morbidade da população idosa é completamente diferente daquele apresentado pelo resto da população, havendo, inclusive, por razões óbvias, maior presença de doenças terminais. Há preponderância de doenças crônico-degenerativas, tais como doenças do aparelho circulatório, neoplasias malignas e diabetes.<sup>35</sup> O tratamento destas doenças é mais caro, por ser mais demorado e por exigir maiores insumos de equipamentos, medicamentos e pessoal especializado.<sup>36</sup>

Mesmo que o sistema de saúde no país estivesse funcionando a contento, o aumento de gastos no setor, nos próximos 30 anos, teria de estar muito acima da taxa de crescimento populacional, pois o ritmo de incremento da população idosa será significativamente superior à média (2,8% ao ano de idosos contra 1,3% da população total, conforme Tabela 9).

Dada a situação de falência do sistema de saúde no Brasil, o rápido ritmo em que se dará o envelhecimento da população aponta para a necessidade de se redefinir, urgentemente, a política para o setor. Esta deve ser fundada em bases realistas e em princípios de solidariedade humana, visando evitar, ou pelos menos minimizar, o desamparo das gerações dos idosos que, durante sua vida ativa, contribuíram para a construção da nação.

## 2. A Aposentadoria

No momento em que está sendo colocado em discussão o sistema de seguridade social, é da maior importância que se leve em consideração o novo padrão demográfico brasileiro e suas conseqüências no médio e longo prazos. Urge a definição e implantação de um sistema alternativo, e este necessariamente deverá privilegiar a consideração da nova realidade. Neste trabalho, não se pretende discutir a reformulação do sistema como um todo, mas, apenas, e de maneira bem agregada, a questão das aposentadorias.

A necessidade de se mudar a legislação no tocante à idade de aposentadoria tem sido colocada para a sociedade através de um argumento demográfico incompleto. Argumenta-se que, como a esperança de vida ao nascer do brasileiro vem aumentando, toma-se necessário definir uma idade mínima para que as pessoas possam começar a usufruir o benefício da aposentadoria. Embora haja necessidade de providências nesse sentido, essa representa uma resposta muito parcial a um problema mais amplo.

Para discutir mais adequadamente essa questão, é preciso, em primeiro lugar, considerar os dois sistemas "puros" de previdência: o de capitalização contínua e o de partilha simples. No sistema de capitalização simples, as contribuições de cada pessoa, como sócio contribuinte do sistema, formam um fundo, que tem por finalidade garantir-lhe os benefícios no futuro, como aposentado. O valor médio dos benefícios dependerá do volume acu-

---

33 Segundo o Censo de 1991, a razão de sexo entre os de 65 anos e mais era de 0,83, o que significa que para cada 100 mulheres, havia apenas 83 homens.

34 De acordo com o Censo Demográfico de 1980, das mulheres de 65 anos e mais, 9,4% continuavam solteiras, 31,4% casadas, 5,5% desquitadas, divorciadas e separadas e 53,7%, viúvas. A maior proporção de viúvas deve-se a três causas: (1) à maior idade, em média, dos maridos, (2) à maior mortalidade masculina e (3) à maior proporção de viúvos que volta a casar.

35 Ver, por exemplo, Ramos (1990).

36 Ver Jones (1975).

---

mulado das contribuições no passado, da gestão do fundo (da taxa real de juros) e do número de anos esperados de sobrevivência do beneficiário, após aposentar-se.

No sistema de partilha simples, é preciso igualar as receitas e as despesas correntes. Se o valor médio do benefício for o elemento que tem de se ajustar para equilibrar o sistema, ele será definido pelo número de contribuintes, de beneficiários e pelo valor médio das contribuições. Se o elemento de ajuste é o valor médio das contribuições, ele dependerá do número de contribuintes e de beneficiários, assim como do valor médio do benefício.

O sistema previdenciário brasileiro, aliás como todos os sistemas de previdência oficial, é de partilha simples. Basear-se no argumento do aumento de esperança de vida ao nascer, consequência da redução da mortalidade, para fixar uma idade mínima de aposentadoria, seria válido em um sistema de capitalização contínua. Tal argumento se refere, implicitamente, a um aumento do número médio de anos que o indivíduo viverá após aposentar-se, *vis-à-vis* o número médio de anos durante os quais ele contribuiu para o sistema, formando seu fundo de aposentadoria.

No entanto, mesmo que o sistema fosse de capitalização contínua, se pensarmos em termos de geração e não de indivíduos, um incremento da esperança de vida ao nascer não necessariamente exigiria que se aumentasse a idade mínima da aposentadoria. Se, de um lado, o declínio da mortalidade aumenta a sobrevivência a partir de uma determinada idade (aquela da aposentadoria), também aumenta, para a mesma coorte, o número médio de anos de vida ativa e, conseqüentemente, de contribuição. Com a queda da mortalidade e o conseqüente aumento da esperança de vida ao nascer, as conseqüências, em termos da idade de aposentadoria em um sistema de capitalização contínua, dependerão do ganho de anos de vida (pessoas-ano) por parte de cada geração durante o período de contribuição (vida ativa) e do ganho após a idade de aposentadoria (vida inativa).

Do ponto de vista puramente demográfico, para se analisar o virtual impacto do declínio da mortalidade no Brasil sobre a idade mínima de aposentadoria, caso o sistema fosse o de capitalização contínua, teria de se usar as tabelas de sobrevivência do país que definem a trajetória de gerações hipotéticas submetidas à função de mortalidade vigente em cada período.

A Tabela 11 apresenta a distribuição proporcional do número de pessoas-ano de coortes hipotéticas submetidas à função média de mortalidade observada no Brasil nas décadas de 30, 40, 60 e 70.

Qualquer que fosse a idade mínima para aposentadoria, a relação entre anos de benefício (grupo etário aberto) e anos de contribuição (de 15 até a idade limite inferior do grupo etário aberto) aumentaria com o declínio da mortalidade. Isto significa que, em termos de ganho relativo de anos de vida, o declínio da mortalidade beneficiou mais, a cada geração, as idades avançadas.

Em um sistema de capitalização contínua, *coeteris paribus*, o benefício médio declinará. Caso se aumentasse a idade mínima de aposentadoria, a relação entre anos de benefício e anos de contribuição declinará significativamente. Por exemplo, entre as décadas de 60 e 70, o aumento da idade mínima de 55 para 60 anos causaria uma queda na relação anos de benefício/anos de contribuição de 0,35 para 0,27 (- 23%) e de 60 para 65 anos de 0,24 para 0,18 (- 25%).

TABELA 11  
**Brasil: Distribuição de Pessoas-Ano, em Faixas Etárias  
 Seleccionadas de uma Coorte Hipotética Submetida  
 a Função de Mortalidade no Brasil de 1930-1940,  
 1940-1950, 1960-1970 e 1970-1980**

Grupos de Idade	1930-1940	1940-1950	1960-1970	1970-1980
00-14	27,3	26,7	25,1	22,4
15-54	56,2	56,2	55,5	55,1
55+	16,5	17,1	19,4	22,5
<b>Total</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>
55+/15-54	0,29	0,30	0,35	0,41
00-14	27,3	26,7	25,1	22,4
15-59	60,9	61,0	60,6	60,8
60+	11,7	12,3	14,3	16,7
<b>Total</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>
00-14	27,3	26,7	25,1	22,4
15-59	60,9	61,0	60,6	60,8
60+	11,7	12,3	14,3	16,7
<b>Total</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>
60+/15-59	0,19	0,20	0,24	0,27
00-14	27,3	26,7	25,1	22,4
15-64	64,9	65,1	65,0	65,9
65+	7,8	8,1	9,8	11,7
<b>Total</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>
65+/15-64	0,12	0,3	0,15	0,18

Fonte: Dos dados brutos: Moreira e Carvalho (1992, pp. 27 a 40).

Conclui-se que, para se manter o mesmo nível do benefício, em um sistema de capitalização contínua e diante do padrão de declínio de mortalidade observado no Brasil, seria preciso, *coeteris paribus*, aumentar a idade mínima de aposentadoria. No entanto, o sistema de previdência no Brasil não é de capitalização contínua, porém de partilha simples.

Em um sistema previdenciário de partilha simples, o elemento fundamental para o seu equilíbrio, em termos demográficos, é a distribuição etária da população em cada momento. Esta define a relação entre beneficiários (população idosa) e contribuintes (população em idade ativa). A distribuição etária da população, por sua vez, depende muito pouco dos níveis de mortalidade por ela vivenciados, mas, quase que exclusivamente, da história passada e recente da fecundidade, como aliás foi demonstrado na 1ª parte deste trabalho para o caso brasileiro.

Resumindo, a *atual* crise do sistema de seguridade social brasileiro não tem nada a ver com o envelhecimento da população brasileira, pois até agora o efeito do declínio da fecundidade foi apenas marginal na relação entre beneficiários (idosos) e contribuintes (pessoas em idade ativa), conforme se pode ver na Tabela 12.<sup>37</sup> No entanto, nas próxi-

<sup>37</sup> Na realidade, as pessoas idosas enumeradas no Censo de 1991 devem estar, provavelmente, sobreenumeradas. Não há nada que justifique uma taxa de crescimento do grupo acima de 65 anos de 3,9% ao ano entre 1980 e 1991, conforme mostrado nas Tabelas 9A e B.

mas três décadas, haverá rápido envelhecimento da população, o que levará a um significativo aumento da relação entre idosos e pessoas em idade ativa, ou seja, da taxa de dependência dos idosos. Enquanto a população de 15 a 64 anos crescerá a uma taxa média anual de 1,7%, entre 1990 e 2020, aquela acima de 65 anos o fará à taxa de 2,8%. Conseqüentemente, a taxa de dependência dos idosos (definida a população idosa como de 65 anos e mais) passará de 0,08 para 0,11, isto é, um aumento de 42% no período.

TABELA 12  
Brasil: Distribuição Proporcional, por Faixas Etárias  
Selecionadas, da População Observada (1970/1980)  
e Projetada (2000/2020)

Grupos de Idade	1970	1980	1990	2000	2010	2020	2020/1990
00-14	42,6	38,8	34,6	29,7	26,5	23,6	0,68
15-54	49,9	52,6	55,2	59,3	60,0	59,3	1,07
55 +	7,5	8,6	10,2	11,0	13,5	17,1	1,68
55+/15-54	0,15	0,16	0,19	0,19	0,23	0,29	1,56
00 - 14	42,6	38,8	34,6	29,7	26,5	23,6	0,68
15 - 59	52,4	55,2	58,1	62,6	64,3	64,5	1,11
60 +	5,0	6,0	7,3	7,7	9,2	11,9	1,63
60+/15-59	0,10	0,11	0,13	0,12	0,14	0,18	1,46
00 - 14	42,6	38,8	34,6	29,7	26,5	23,6	0,68
15 - 64	54,3	57,2	60,6	65,2	67,7	68,7	1,13
65+	3,1	4,0	4,8	5,1	5,8	7,7	1,60
65+/15-64	0,06	0,07	0,08	0,08	0,09	0,11	1,42

Fonte: 1970, 1980: IBGE, Censos Demográficos; 1990, 2000, 2010: Carvalho (1993).

Dada a atual situação de desequilíbrio financeiro do sistema de seguridade social brasileiro, as perspectivas futuras são extremamente graves. Entre 1990 e 2020, a razão de dependência dos idosos aumentará entre 56%, supondo idade limite de 55 anos, e 42%, com idade limite de 65 anos. Em 1970, a razão de dependência dos idosos com idade limite de 55 anos (0,15) provavelmente só encontraria equivalência, em 2020, entre as idades limites de 60 e 65 anos (com 60 anos, 0,18; com 65 anos, 0,11).

Em síntese, na discussão sobre a definição de um sistema alternativo de seguridade social no Brasil, não há como ignorar o novo padrão demográfico do país, que irreversivelmente causará enorme envelhecimento relativo da população nas próximas décadas. Neste contexto, torna-se imprescindível a fixação de uma idade mínima para a aposentadoria, que, obviamente, não dependerá apenas das variáveis demográficas.

## VI. CONCLUSÃO

Nos últimos 25 anos modificou-se profundamente o padrão demográfico brasileiro, em função de um expressivo declínio da fecundidade. O caráter estrutural da mudança elimina a possibilidade de que as suas conseqüências sejam meramente conjunturais e exige que seja considerada no planejamento social de médio e longo prazos. Esse trabalho objetivou demonstrar as potencialidades da nova dinâmica demográfica para a solução de alguns problemas, assim como apontar para a necessidade da sociedade se preparar para o novo contexto de demandas sociais a serem geradas pelo inevitável envelhecimento relativo da população.

---

Procurou-se demonstrar aqui a dimensão e o significado das transformações demográficas recentes. Resumidamente, o processo é o seguinte: a redução da fecundidade determina um menor crescimento relativo da população total e, mais particularmente, da população jovem. Entretanto, os grupos etários compostos por gerações nascidas antes da queda da fecundidade continuam a crescer a taxas históricas determinadas pelos níveis da fecundidade e mortalidade passadas. Este crescimento diferenciado dos diversos grupos de idade resulta na modificação da estrutura etária brasileira que, no todo, envelhece progressivamente.

Entre as várias conseqüências deste processo de mudança demográfica, destacam-se as variações no volume e na composição das demandas sociais. Como, em termos relativos, a população jovem varia a uma taxa inferior à da população idosa, este momento demográfico define-se como potencialmente favorável à solução de alguns problemas sociais que afligem o país. Isto porque decorre algum tempo até que a população seja constituída integralmente por gerações nascidas após a queda da fecundidade. Neste intervalo, atenuam-se os problemas associados ao atendimento das necessidades de uma população jovem (principalmente na área de educação), enquanto ainda demora algum tempo para se intensificarem os problemas associados à população idosa (aposentadoria e saúde, por exemplo).

Desta maneira, a possibilidade de ampliação dos investimentos em educação, aumentando a cobertura e a qualidade do ensino, é facilitada pelo menor crescimento relativo da população em idade escolar. Enquanto isso, o ritmo com que cresce a taxa de dependência da população idosa é menor e, assim, as necessidades de assistência à saúde e dos fundos de aposentadoria se expressarão de forma menos intensa.

As implicações das mudanças demográficas para a população em idades ativas e para o mercado de trabalho são mais complexas. Por um lado, a queda da fecundidade já vem reduzindo, embora de forma não linear, a pressão da entrada de jovens no mercado de trabalho, diminuindo o tamanho de coortes que entram na base. A melhoria do acesso ao sistema educacional — proporcionado, pelo menos em parte, pela redução da fecundidade — funciona no mesmo sentido, ao retardar a entrada no mercado de trabalho. Ao mesmo tempo, porém, a redução da fecundidade também vem propiciando maiores facilidades para que as mulheres ingressem no mercado de trabalho, ajudando a aumentar significativamente a participação desse contingente. Paralelamente, as mudanças no ritmo de crescimento a nível urbano-rural e regional afetaram tanto o padrão de ocupação, como de renda. Tudo isso, evidentemente, foi fortemente influenciado pela própria evolução da atividade econômica e pelas profundas transformações sociais ocorridas no período. Entretanto, as mudanças demográficas continuarão tendo papel incisivo na trajetória futura do mercado de trabalho.

Desconhecer estas novas realidades e o papel das transformações demográficas implicaria perder uma oportunidade para se beneficiar a população mais carente do país. Não se trata de uma postura neomalthusiana ingênua; é claro que a redução relativa do número de nascimentos e a diminuição da taxa de crescimento da população total, como conseqüência da queda da fecundidade, não resultarão, automaticamente, na ampliação do nível de bem-estar nacional. Entretanto, a nova dinâmica populacional traz, sim, alguns benefícios diretos claros e também gera outras condições favoráveis que precisam ser aproveitadas. Isto significa implementar, de forma efetiva, políticas sociais com prioridades definidas no contexto da nova realidade que se configura e alocar recursos em setores que garantam o mais elevado retorno social no médio e longo prazos.

---

## ANEXO

### O ENVELHECIMENTO DA POPULAÇÃO E A POPULAÇÃO ESTÁVEL

Neste anexo, apresentam-se, resumidamente, algumas informações mais técnicas que visam ajudar a compreensão da dinâmica do envelhecimento sob a ótica demográfica. Toma-se de extrema importância, dada a queda da fecundidade, examinar com cuidado seu impacto sobre o ritmo de crescimento e a estrutura etária da população brasileira. Para tal, é de fundamental importância introduzir o conceito de população estável.

Qualquer que seja a distribuição etária inicial de uma população fechada, se fixadas suas funções de fecundidade e mortalidade (conjunto de taxas específicas de fecundidade e de mortalidade), necessariamente esta população tenderá para o que se chama em demografia de *população estável*. A população estável tem como características a distribuição etária proporcional constante e, conseqüentemente, taxa de crescimento constante, a qual é chamada de taxa intrínseca de crescimento.

A população estável é, assim, uma população teórica. Uma vez definidos e fixados os níveis, por idade, das taxas de fecundidade e mortalidade prevalentes em uma população não estável, é possível calcular qual será, no longo prazo, a distribuição etária proporcional e a taxa (intrínseca) de crescimento constantes que seriam alcançadas. A distribuição etária da população estável é função apenas do nível e estrutura da fecundidade e da mortalidade. É diferente da distribuição etária observada em uma população real observada num determinado momento, onde a proporção de cada grupo de idade reflete níveis passados de fecundidade e mortalidade passíveis de variação ao longo do tempo.

É interessante observar, na Tabela A.1 e Gráfico A.1 quão semelhantes eram as estruturas etárias e as taxas de crescimento das populações observada e estável em 1970, e como aparece um distanciamento crescente em 1980 e mais especialmente em 1991. Apesar do envelhecimento da população entre 1970 e 1991, aumenta significativamente, neste ano, a diferença entre as proporções observada e estável, no sentido de que a estável está apontando, à medida que se avança no tempo, para uma população crescentemente menos jovem do que aquela da observada.

Entre 1980 e 1991, houve um expressivo decréscimo na taxa de crescimento observada (21%). Porém, em termos de taxa intrínseca de crescimento, a queda foi muito maior (aproximadamente 57%). Tais diferenças entre as taxas observada e intrínseca revelam o efeito da inércia do crescimento populacional. Haverá um crescimento observado distinto do estável, enquanto a estrutura etária relativa da população não for aquela da população estável. Se, após 1991, as funções fecundidade e mortalidade não se modificassem, necessariamente, a população brasileira tenderia a se tornar estável. A distribuição etária seria aquela apresentada na Tabela A.1 e a taxa de crescimento seria de 0,9% ao ano.

**TABELA A.1**  
**Brasil: Distribuição Etária da População**  
**Observada e da Estável e Taxa de Crescimento**  
**da População Observada 1970, 1980 e 1991**

Grupos de Idade	1970		1980		1991		TC da População Observada (%)	
	Observada	Estável	Observada	Estável	Observada	Estável	1970/1980	1980/1991
00 — 04	15,5	16,6	14,3	13,6	11,6	9,5	1,0	-0,1
05 — 09	14,4	13,8	12,6	12,0	11,8	9,0	1,0	1,5
10 — 14	12,7	11,9	11,9	10,8	11,6	8,6	1,9	1,7
15 — 19	10,9	10,3	11,3	9,7	10,2	8,2	2,9	1,0
20 — 24	8,8	8,8	9,6	8,6	9,2	7,8	3,3	1,5
25 — 29	6,9	7,5	7,9	7,7	8,6	7,4	3,8	1,7
30 — 34	6,0	6,4	6,4	6,8	7,5	7,0	3,1	2,7
35 — 39	5,4	5,4	5,3	6,0	6,4	6,6	2,2	3,4
40 — 44	4,9	4,5	5,3	5,3	6,2	2,4	3,7	
45 — 49	3,87	3,7	3,9	4,6	4,2	5,8	2,8	2,9
50 — 54	3,2	3,1	3,4	3,9	3,5	5,3	3,4	2,6
55 — 59	2,5	2,5	2,6	3,2	2,9	4,8	3,2	2,1
60 — 64	1,9	1,9	2,0	2,6	2,5	4,2	3,2	2,8
65 — 69	1,3	1,4	1,7	2,0	1,9	3,6	5,3	3,7
70 e +	1,8	2,1	2,3	3,2	2,9	6,2	4,8	2,9
<b>Total(%)</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>2,4</b>	<b>1,98</b>
<b>Total (em milha- res)</b>	<b>93.139</b>	-	<b>119.003</b>	-	<b>146.917</b>	-	<b>2,4</b>	<b>1,9</b>
<b>TC (%)</b>	<b>2,8</b>	<b>2,7</b>	<b>2,4</b>	<b>2,1</b>	<b>1,9</b>	<b>0,9</b>	<b>2,4</b>	<b>1,9</b>

Fonte: *Carvalho (1993)*.

Nota: A população de 0 a 4 anos enumerada nos Censos de 1970, 1980 e 1991 foi aumentada em 5%. TC corresponde à taxa média anual de crescimento intercensitária da população observada ou à taxa intrínseca, quando se tratar da população estável.

Se as atuais funções de fecundidade e mortalidade permanecessem constantes, os dados referentes à população estável de 1991 apontam os limites para os quais tenderiam a estrutura etária e a taxa de crescimento da população brasileira.

A Tabela A.2 e o Gráfico A.2 mostram a distribuição etária da população projetada para o ano 2020 e a da população estável, utilizando as funções fecundidade e mortalidade hipotetizadas para o período 2015-2020. De acordo com a atual projeção, a população abaixo de 15 anos não deverá crescer entre 1990 e 2020, sendo que seus grupos etários componentes chegarão a apresentar, em alguns quinquênios, taxas negativas de crescimento.

Comparada a estrutura etária relativa da população estável de 1991 (Tabela A.1), com a da projetada para 2020, observa-se que as duas são razoavelmente semelhantes. Entretanto, em 2020, a população estável é significativamente mais velha. Isto se deve ao fato de que na projeção considerou-se a hipótese de declínio da fecundidade entre 1990 e 2015-2020, fixando-se tal quinquênio como aquele em que o nível de reposição seria alcançado. Nessa ocasião, a distribuição etária da população estável será a mesma da população estacionária (Tabela A.2).

GRÁFICO A.1  
 Brasil, 1970-1991:  
 Distribuição Etária Proporcional — Populações Observada e Estável

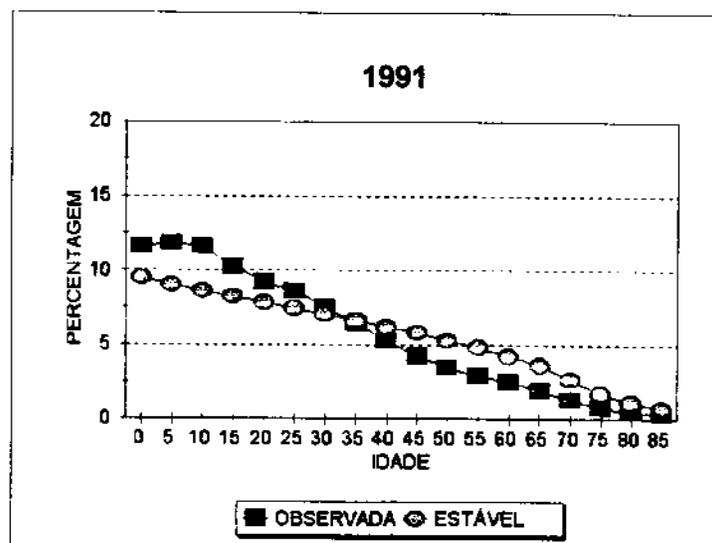
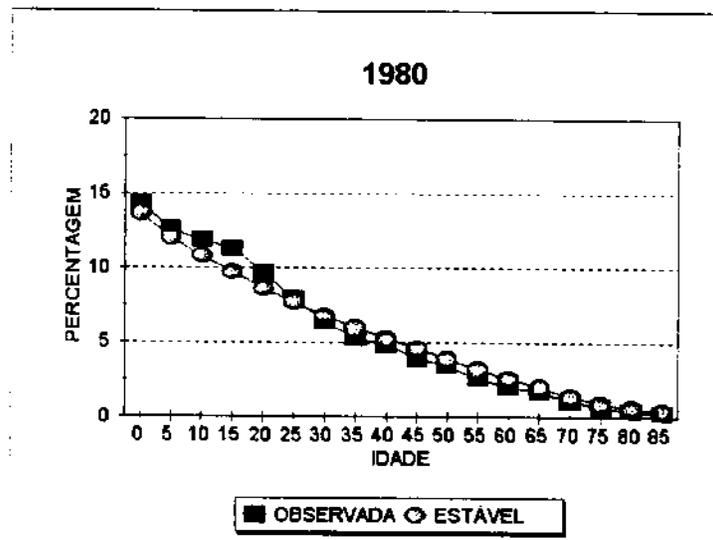
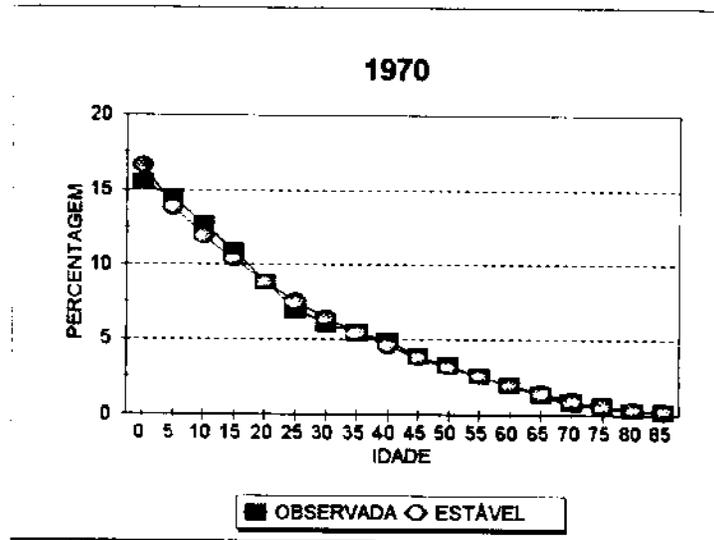
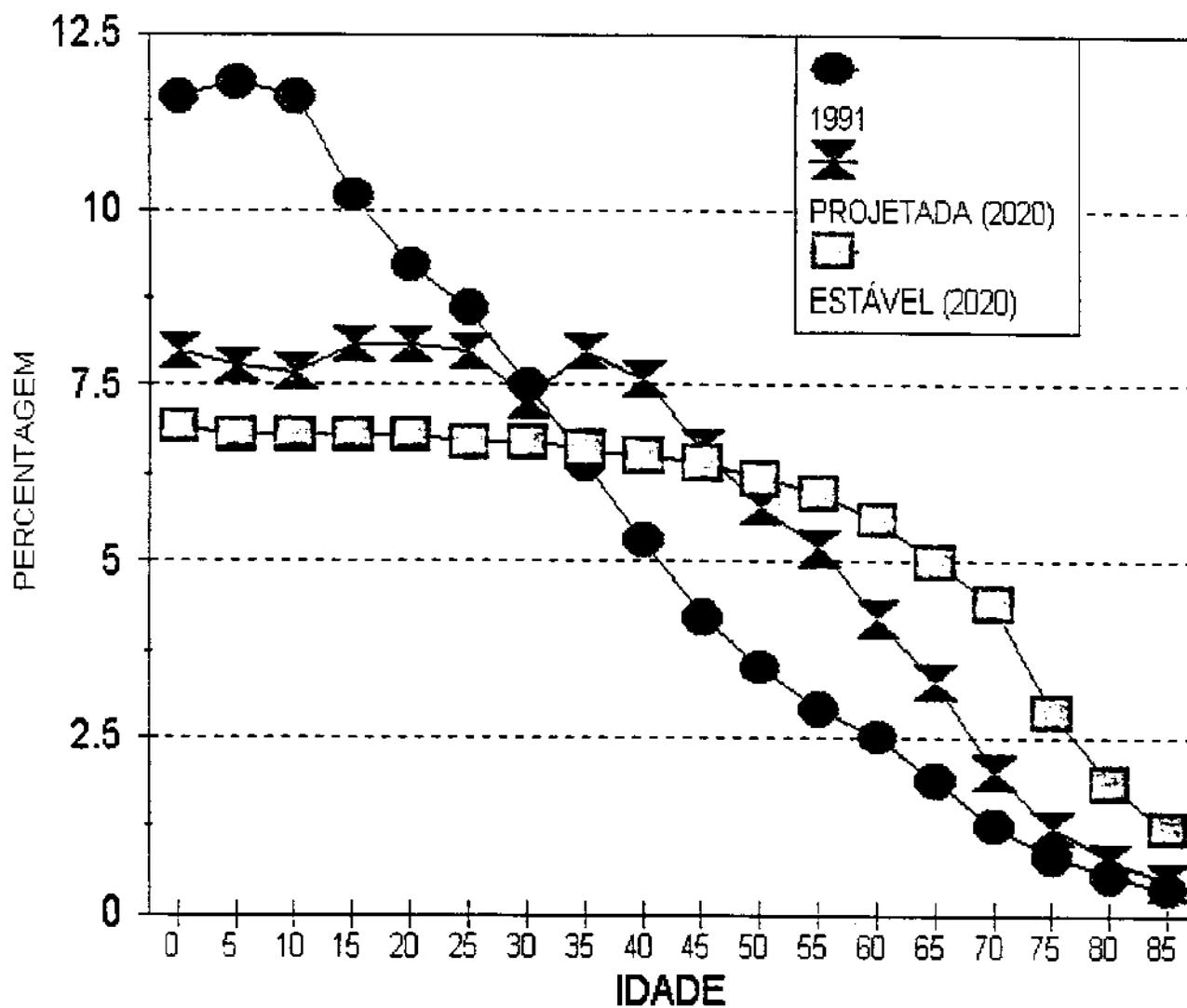


GRÁFICO A.2  
 Brasil: Estrutura Etária 1991 e 2020



Fonte: 1991: Censo Demográfico (Dados Preliminares); Projetada: Cláudio Caetano Machado; e Estável: Cálculo do autor

TABELA A.2  
 Brasil: Distribuição Etária Relativa  
 1991 e 2020

2020*			
Grupos de Idade	1991	Projetada	Estável**
00 — 04	11,6***	8,0	6,9
05 — 09	11,8	7,8	6,8
10 — 14	11,6	7,7	6,8
15 — 19	10,2	8,1	6,8
20 — 24	9,2	8,1	6,8
25 — 29	8,6	8,0	6,7
30 — 34	7,5	7,3	6,7
35 — 39	6,4	8,0	6,6
40 — 44	5,3	7,6	6,5
45 — 49	4,2	6,6	6,4
50 — 54	3,5	5,8	6,2
55 — 59	2,9	5,2	6,0
60 — 64	2,5	4,2	5,6
65 — 69	1,9	3,3	5,0
70 e +	2,9	4,4	10,3
<b>Total</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>

Fonte: 1991: Censo Demográfico de 1991, IBGE - Sinopse Preliminar do Censo Demográfico de 1991, DPE/Depop (dados preliminares).

\* 2020: Projeção de Cláudio Caetano Machado.

\*\* Trata-se de população estável com taxa intrínseca de crescimento zero, isto é, de população estacionária.

\*\*\* A população enumerada foi aumentada em 5%.

---

## BIBLIOGRAFIA

- ARRUDA, J.M., et alii. Pesquisa nacional sobre saúde materno-infantil e planejamento familiar, PNSMIPF - Brasil, 1986. Rio de Janeiro: Bemfam, 1987.
- BEMFAM/DHS. Pesquisa sobre saúde familiar no Nordeste Brasil, 1991. Rio de Janeiro: Bemfam, 1992.
- BERCOVICH, A., OLIVEIRA, J.C., MENDES, M.M. Estimativas preliminares de fecundidade considerando os censos demográficos, pesquisas por amostragem e o registro civil. Rio de Janeiro: IBGE/Depop/DPE, 1993. mimeo
- CAMARANO, A.A., BELTRÃO, K., NEUPERT, R. *Século XXI: A Quantas Andará a População Brasileira?* Brasília: IPEA/IPLAN, 1989. (Texto para Discussão, 5)
- CARVALHO, J.A.M. de, PAIVA P. e SAWYER, D.R. *The recent sharp decline in fertility in Brazil; economic boom, social inequality and baby bust.* Mexico: Population Council, 1981. (Working Paper, 8)
- CARVALHO, J.A.M. de, PAIVA, P.T. Estrutura de renda e padrões de fecundidade no Brasil. In: COSTA, M.A. (ed.) *Fecundidade, Padrões brasileiros.* Rio de Janeiro: Ativa, 1976.
- CARVALHO, J.A.M. de, PINHEIRO, S.M.G. *Fecundidade e mortalidade no Brasil - 1970/80.* Belo Horizonte: Cedeplar/UFMG, 1986. (Relatório de Pesquisa)
- CARVALHO, J.A.M. de. *Crescimento populacional e estrutura demográfica no Brasil.* Seminário sobre População e Desenvolvimento. Rio de Janeiro: MRE/ABC/IBGE, maio 1993. mimeo
- CARVALHO, J.A.M. de. Evolução demográfica recente no Brasil. *Pesquisa e Planejamento Econômico*, v. 10, n. 2, p.527-554. Rio de Janeiro: IPEA, ago. 1980.
- CARVALHO, J.A.M. de. *Fecundidade e mortalidade no Brasil — 1960/70.* Belo Horizonte: Cedeplar/UFMG (1978). (Relatório de Pesquisa)
- CARVALHO, J.A.M. de. O tamanho da população brasileira e sua distribuição etária: uma visão prospectiva. In: *Anais do VI Encontro Nacional de Estudos Populacionais*, v. 1, p. 37-66. Olinda: Abesp, 1988.
- CARVALHO, J.A.M. de. *Tendências regionais de fecundidade e mortalidade no Brasil.* Belo Horizonte: Cedeplar/UFMG, 1974. (Monografia, 8)
- EASTERLIN, R.A., MERRICK, T.W. Demographic aspects rural settlement in Brazil: evidence from the the 1970 Census. In: *Population Association of America. Annual Meeting.* Montreal, 1976.
- FARIA, V. *Políticas governamentais e a regulação da fecundidade; consequência não-antecipadas e efeitos perversos.* Trabalho apresentado na Conferência sobre Demografia da Desigualdade na América Latina. Gainesville: University of Florida, 1989. mimeo
- FERNANDEZ, R.E., CARVALHO, J.A.M. de. A evolução da fecundidade no Brasil: período 1957-1979. *Revista Brasileira de Estudos de População*, v. 3, n. 3, p.67-86. Campinas, jul./dez 1986.
- IBGE. Anuário Estatístico do Brasil, 1987/1988. Rio de Janeiro, 1988.
- IBGE. Censo Demográfico de 1991 - Sinopse preliminar do censo demográfico de 1991. Dados Preliminares. Rio de Janeiro: IBGE/DPE/Depop, 1991.
- IBGE. Projeção da população brasileira, 1975-2000. Rio de Janeiro, 1974.
- INAN. *Pesquisa Nacional de Saúde e Nutrição.* Brasília: INAN/IBGE/IPEA, 1990.

- 
- JONES, G.W. Crecimiento de la Población y la planificación de la salud y de la familia. *In: ROBINSON, W. (ed.) Planificación para la Población y el Desarrollo*. Nueva York: Populación Council, 1975.
- JONES, G.W. La planificación educativa y el crecimiento de la población. *In: ROBINSON, W. (ed.) Planificación para la Población y el Desarrollo*. Nueva York: Populación Council, 1975.
- MARTINE, G. A evolução recente da estrutura de produção agropecuária. *Dados Conjunturais da Agropecuária*, n. especial. Brasília: IPEA, julho 1987.
- MARTINE, G. *A Redistribuição Espacial da População Brasileira*. Brasília: IPEA/ISPN, março de 1993, 48 p. (Documento de Trabalho)
- MERRICK, T.W., BERQUÓ, E.S. *The determinants of Brazil's recent rapid decline in fertility*. Washington: National Academy Press, 1983. (Report, 23)
- MÉXICO, G. O mito da explosão demográfica. *Ciência Hoje*, 9(51): 28-35, 1989.
- MOREIRA, M. M., CARVALHO, J.A.M. de. Envelhecimento da População e Aposentadoria por Idade. *Previdência em Dados*, v. 7, n. 4, p. 27-40. Rio de Janeiro, out./dez. 1992.
- ONU. *Demographic Yearbook, 1974*. New York, 1975.
- RAMOS, L.R., SAAD, P.M. Morbidade da população idosa. *In: SEADE. O idoso na grande São Paulo*: São Paulo: Seade, 1990. (Coleção Realidade Paulista)
- UNITED NATIONS. *The determinants and consequences of population trends*. New York, 1981. (Population Studies)

# Livros Grátis

( <http://www.livrosgratis.com.br> )

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)  
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)  
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)  
[Baixar livros de Matemática](#)  
[Baixar livros de Medicina](#)  
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)  
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)  
[Baixar livros de Meteorologia](#)  
[Baixar Monografias e TCC](#)  
[Baixar livros Multidisciplinar](#)  
[Baixar livros de Música](#)  
[Baixar livros de Psicologia](#)  
[Baixar livros de Química](#)  
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)  
[Baixar livros de Serviço Social](#)  
[Baixar livros de Sociologia](#)  
[Baixar livros de Teologia](#)  
[Baixar livros de Trabalho](#)  
[Baixar livros de Turismo](#)